

Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do agente de contratação, no âmbito de sua competência.

14.5 A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)".

14.6 Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

15 DOS RECURSOS

- 15.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 30 (trinta) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.
- 15.2 As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 15.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 15.4 Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo.
- 15.5 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e a autoridade competente estará autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

16 DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

- 16.1. Após a manifestação dos interessados, ao Agente de Contratação fará a análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:
- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 16.2. Se o Agente de Contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior (prefeito), a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.3. Na elaboração de suas decisões, o prefeito será auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-las com as informações necessárias.
- 16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o prefeito adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.
- 16.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final do Prefeito.

17 DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 17.3 Após a homologação, o Contrato será enviado por e-mail com prazo de 3 (três) dias úteis para a devida assinatura do responsável legal. O contratado deverá fazer a assinatura no documento e encaminhar via e-mail para: licitacao@novatrento.sc.gov.br. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

18 GARANTIAS, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 18.1 Haverá **garantia quinquenal** desta obra de engenharia, pois se trata de construção considerável (Lei Federal n.° 10.406/2002, artigo 618).
- 18.2 Ainda, a obra de engenharia deve cumprir fielmente as especificações da descrição dos itens e do projeto de engenharia, bem como todas as exigências do Termo de Referência.
- 18.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor mencionado no Item IX do Termo de Referência, equivalente à diferença



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo coma Lei 14.133/2021.

- 18.4 Será exigido **garantia contratual** conforme previsão no art. 96, § 1º da Lei Nº. 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.
- 18.5 Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em conta específica aberta em nome da Prefeitura Municipal de Nova Trento, em instituição financeira devidamente regulamentada pelo Banco Central.
- 18.6 Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 18.7 No caso da garantia ser prestada através de fiança bancária ou seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada anualmente, devidamente atualizada, quando de eventuais Aditamentos Contratuais.
- 18.8 A garantia responderá pelo cumprimento das disposições do Contrato, ficando a CONTRATANTE autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.
- 18.9 A caução destina-se à garantia da boa e fiel execução do contrato, e o pagamento de eventuais multas.
- 18.10 A caução de garantia de execução será liberada quando da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento por escrito da interessada.
- 18.11 Após homologação do processo, o Município de Nova Trento informará os dados bancários, por meio de documento formal, para depósito da garantia contratual.
- 18.12 Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.
- 18.13 Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em conta específica aberta em nome da Prefeitura Municipal de Nova Trento, em instituição financeira devidamente regulamentada pelo Banco Central, e informada posteriormente, pela Secretaria Municipal de Finanças.

19 DA DOTAÇÃO



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



19.1 As despesas decorrentes do objeto desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento, conforme fonte de recurso abaixo especificado:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal De Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade: 001 - Secretaria Municipal De Transportes, Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 1.019 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS

Dotação: 87 – 4.4.90.1.500.700.000

20 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO I)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

20.2 A fiscalização dos serviços contratados será exercida diretamente pela contratante ou através de pessoal por esta designada.

20.3 Os serviços realizados somente serão recebidos se executados de conformidade com as especificações e exigências da presente licitação e do contrato correspondente.

20.4 A contratante fiscalizará e inspecionará os serviços, verificando cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-la, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

20.5 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilatação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da contratante neste sentido.

20.6 A fiscalização terá poderes, dentre outros, para notificar a contratada, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que por ventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual, podendo exigir a correção de serviços que julgar inaceitáveis, sem aumento de despesas para o contratante.

20.7 A ausência de comunicação por parte da contratante, referente às irregularidades ou falhas, não exime a contratada das responsabilidades determinadas no Contrato e seus anexos.

20.8 A fiscalização dos trabalhos, por parte da contratante não exime a contratada de responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

20.9 A contratante reserva-se a faculdade de designar auditores para o exame e fiscalização dos serviços que estiverem sendo executados pela contratada, a qual deve oferecer todas as facilidades para o cumprimento da fiscalização.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



21 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO I)**, bem como na minuta do contrato (**ANEXO VIII**).
- 21.2 Além disso, a Contratada deverá fornecer ART de execução dos serviços contratados.
- 21.30 início da execução deverá ocorrer a partir da emissão da Ordem de Serviço.

22 DO PAGAMENTO

- 22.1 Os pagamentos de todas as medições, mediante emissão dos respectivos boletins de medição assinados, ficam condicionados a apresentação das respectivas Notas Fiscais.
- 22.2 Após a apresentação do boletim de medição e respectiva NF, os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias.

23 DAS PENALIDADES, INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 23.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- a. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d. Deixar de apresentar amostra; ou
- e. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 23.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 23.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 23.1.5.Fraudar a licitação.
- 23.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- b. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 23.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 23.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar; e
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 23.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 23.4.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e alíneas, 23.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 23.4.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6 e alíneas, 23.1.7 e 23.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 23.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 23.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 23.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e suas alíneas, 23.1.3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 23.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6 e suas alíneas, 23.1.7 e 23.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e suas alíneas, 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.
- 23.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 23.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 23.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 23.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 23.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 23.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 23.15. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, serão observadas as normas processuais administrativas previstas pelo Decreto Municipal nº 25/2024 de 06 de fevereiro de 2024.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 23.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 23.17. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 23.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 23.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 23.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 24.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do Endereço eletrônico: bnc.org.br.
- 24.2 As razões e contrarrazões deverão ser encaminhadas somente por meio eletrônico, através do Endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
- 24.3 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 24.4 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica diretamente na plataforma digital https://www.bnc.org.br.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 24.5 Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 24.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame caso esta venha a prejudicar a formalização das propostas.
- 24.7 O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 24.8 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame
- 24.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 24.10 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.
- 24.11 O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no Endereço eletrônico: <u>bnc.org.br.</u> que será atualizado a cada nova etapa do processo licitatório.

25 DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 25.1 As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 25.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 25.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 25.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 25.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 25.6 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 25.17 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 25.8 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 25.9 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 25.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 25.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 25.12 Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

26 DAS DISPOSICÕES GERAIS

- 26.1 O presente edital e anexos estão disponibilizados na Diretoria de Licitações, da Prefeitura Municipal de Nova Trento.
- 26.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta e/ou apresentação de documentação relativa ao presente certame.
- 26.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 26.4 A recusa de assinar o Contrato no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do e-mail, sem justificativa por escrito e aceita pela Diretoria de Licitações, restará caduco o seu direito de vencedor, sujeitando-se às penalidades aludidas no Item 22, deste edital.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



26.5 O Agente de Contratação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

- 26.6 Transcorrido o prazo recursal e decidido os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Chefe do Poder Executivo para o procedimento de homologação.
- 26.7 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.
- 26.8 Da sessão pública divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico ou Contrato quando couber.
- 26.9 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
- 26.10 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 26.11 No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.12 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.13 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, em conformidade com o Princípio do Formalismo Moderado.
- 26.14 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.15 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



26.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do

interesse público.

26.17 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que

compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.18 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br, nos dias

úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com

vista franqueada aos interessados, no site do Município, no endereço https://novatrento.sc.gov.br/

("aba" Licitações), também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça del Comune nº 126,

Centro Nova Trento, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e

período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos

interessados.

26.19 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência/Planilha Orçamentária/Memorial Descritivo e especificações;

Anexo II - Modelo de declaração Conjunta;

Anexo III - Modelo de Proposta;

Anexo IV - Modelo de declaração de conhecimento do local a ser realizada a intervenção;

Anexo V – Modelo de Declaração de disponibilidade de pessoal técnico e equipamento;

Anexo VI - Modelo de Declaração de que está ciente de todos os componentes expressos nas

pecas gráficas, memoriais, planilhas e perspectivas;

Anexo VII - Modelo de Declaração que se obriga a apresentar o CNO da RFB no início da

obra;

Anexo VIII - Modelo de Declaração do prazo de garantia

Anexo IX - Minuta de Contrato

Anexo X - Termo de Adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico do BNC

Nova Trento/SC, 11 de março de 2024.

TIAGO DALSASSO:0 DALSASSO:06943394908

Assinado de forma Dados: 2024.03.22 6943394908 12:51:48-03'00'

TIAGO DALSASSO

Prefeito



Fone: 48 32673200



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme previsto no inciso XXIII, do artigo 6°, e § 1° do artigo 40, da Lei Federal n.º 14.133/2021, Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

I. OBJETO

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	VALOR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA RIBEIRÃO CRECKER, NO DISTRITO DE CLARAÍBA NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.	Obra	01	R\$ 478.390,32

II. FUNDAMENTAÇÃO:

O presente objeto de contratação teve como apoio o Estudo Técnico Preliminar Nº 002/2024 – Anexo II deste processo, datado em 26 de fevereiro de 2024.

III. SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Descrita no item VII do Estudo Técnico Preliminar Nº 002/2024.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Descrita no item III do Estudo Técnico Preliminar Nº 002/2024.

São requisitos da contratação também os itens dispostos no item VIII deste Termo de Referência.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução se dará por empreitada por preço global, com os itens e quantitativos especificados na planilha orçamentária do projeto de engenharia.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



As execuções deverão ocorrer conforme cronograma estabelecido no projeto de engenharia e conforme normas técnicas vigentes para esse tipo de obra, incluindo também a utilização de EPI's e EPC's, quando necessários.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O início da execução deverá ocorrer a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Ao final da execução e estando a obra aprovada pela fiscalização, será emitido o respectivo Termo de Recebimento da Obra.

A fiscalização ocorrerá pelo setor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Nova Trento/SC.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Os pagamentos de todas as medições, mediante emissão dos respectivos boletins de medição assinados, ficam condicionados a apresentação das respectivas Notas Fiscais.

Após a apresentação do boletim de medição, certidões negativas de débitos e respectiva NF, os pagamentos serão realizados em até 30 dias.

O primeiro pagamento ocorrerá apenas mediante a apresentação da CNO - Cadastro Nacional de Obra, da referida obra objeto deste Termo de Referência.

VIII. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A proponente deverá apresentar todas as CNDs em dia, sendo: municipal, estadual, federal, falência e concordata (de acordo com o Tribunal de Justiça da sede da empresa), trabalhista e FGTS, Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica no site do TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP) e Certidão Negativa Correcional (CGU – PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

Ainda, deverá apresentar o contrato social e cartão CNPJ, que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.

A empresa deverá comprovar seu registro de pessoa jurídica no CREA/CAU através de Certidão de Registro de Empresa emitida por estes Conselhos, comprovando sua regularidade no ano em questão. A empresa deverá comprovar o vínculo de no mínimo 01 (um) profissional de nível superior em Engenharia Civil ou Arquitetura, através de:

- a) Cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social, contendo as folhas: número e registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração se salário; ou
- b) Ficha de Registro de Empregados, em frente e verso; ou
- c) Contrato de Trabalho, com firma reconhecida; ou



Trento
Terra de Santa Paulina

d) Contrato de Prestação de Serviços.

Caso o responsável técnico for o próprio proprietário da empresa, devidamente comprovado no Contrato Social apresentado para este certame, a (s) cópia (s) da Carteira de Trabalho, Ficha de Registro de Empregados ou do contrato de Trabalho, ficará (ão) dispensada (s).

Deverão ser apresentados, além dos nomes dos profissionais, seus CPF's/MF e número de inscrição no CREA/CAU (apenas do técnico), bem como as suas qualificações e domicílios.

Comprovação da capacidade Técnico-Operacional e Técnico-Profissional através de Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que a empresa proponente e seu responsável técnico já executaram (devendo se tratar de obra finalizada) objeto semelhante ao licitado, sendo exigido 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância previstos no orçamento base, devidamente registrado no CREA/CAU e acompanhado de acervo técnico com atividade de EXECUÇÃO, nos termos do artigo 67, inciso II, § 1º e § 2,º da Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme planilha abaixo:

ITEM		QUANTIDADE (EXECUTADA)
PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRA	VADO	
COM BLOCO SEXTAVADO	M2	1.260,00
DRENAGEM	M	173,00
CAIXA DE CAPTAÇÃO	UNID.	9

O registro do Atestado de Capacidade Técnico Profissional no CREA/CAU deverá ocorrer antes da data agendada para o certame.

A proponente deverá apresentar declaração informando que está ciente de todos os componentes expressos nas peças gráficas, memoriais, planilhas e perspectivas, e responsabilizando-se pela execução de todos os itens constantes nesses documentos.

A proponente deverá apresentar declaração se comprometendo a apresentar o CNO da RFB no início da obra, estando o primeiro pagamento condicionado a esta apresentação, e sua respectiva CND de INSS da Obra da RFB, ao final, estando condicionado o Termo de Recebimento da Obra Definitivo à apresentação deste documento.

IX. VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Tratando-se de obra de engenharia, o valor referencial da obra foi obtido por meio de planilha SINAPI, SICRO, DEINFRA/SC e composições, conforme exposto no Item V do ETP Nº 002/2024.



Fone: 48 32673200



Logo, obteve-se o valor da contratação estimado em R\$ 478.390,32 (quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e noventa reais, e trinta e dois centavos), conforme detalhado na Planilha Orçamentária anexa ao projeto de engenharia.

Observação: Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da contratação (artigo 59 da Lei 14.133/2021).

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Há reserva de dotação para a contratação do objeto descrito no Item I deste Termo de Referência. sendo a dotação orçamentária (4.4.90.1.500.700.000) de recurso próprio, na importância de R\$ 478.390,32 (quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e noventa reais, e trinta e dois centavos).

XI. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕE A OBRA:

As etapas a serem realizadas e que compõem essa obra são as especificadas no Item VII do ETP Nº 002/2024.

Por se tratar de obra com quantidade vultosa de itens, não serão discriminados os itens neste documento. Contudo, todos os quantitativos podem ser encontrados na planilha orçamentária.

A quantidade de cada item a ser contratada é a necessária para execução da obra considerando-se as especificações do projeto, ou seja, a quantidade é a necessária para melhoria das condições de trafegabilidade na Rua Ribeirão Crecker.

XII. LOCAL DE EXECUÇÃO:

Pavimentação, drenagem pluvial e sinalização viária da Rua Estrada Ribeirão Crecker, no distrito de Claraíba no Município de Nova Trento/SC.

Coordenadas:

Início -27.225423; -48.900192

Final -27.227833; -48.891708

XIII. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Haverá garantia quinquenal desta obra de engenharia, pois se trata de construção considerável (Lei Federal n.° 10.406/2002, artigo 618).

Ainda, a obra de engenharia deve cumprir fielmente as especificações da descrição dos itens e do projeto de engenharia, bem como todas as exigências deste Termo de Referência.





Fone: 48 32673200

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor mencionado no item IX deste TR, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei 14.133/2021.

Será exigido garantia contratual conforme previsão no art. 96, § 1º da Lei N.º 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Após homologação do processo, o Município de Nova Trento informará os dados bancários, por meio de documento formal, para depósito da garantia contratual, no caso de o contratado escolher essa opção.

Nova Trento/SC, 26 de fevereiro de 2024.

TIAGO GUIZONI NETO

Eng. Civil CREA/SC 155.805-8

RICARDO BITTENCOURT

Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos





ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa		, estabelecida
na	, inscrita no CNPJ sob n.º	neste ato
representada pelo seu	, no uso de suas atribuiçõ	es legais, vem:

- A) DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.
- B) DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4°, §2°, da Lei 14.133/2021.
- C) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do 2.3§ 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho;
- **D) DECLARA** que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- E) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;
- F) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.





Fone: 48 32673200

- G) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.
- H) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em Lei e noutras normas específicas.
- I) Declara, também, que suas propostas econômicas, compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser verdade assina a	presente;		
Nova Trento/SC,	//		

Assinatura do Representante Legal da Empresa





ANEXO III MODELO DE PROPOSTA

Razã	o Social:				
CNP	J:				
Ende	reço:	-10-10			
Cida	de/UF:	CEI) ;		
E-ma	il:	Fone:			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	xxxxxxxxxxx	xxxxx	xx	R\$ xxxxxxxx	R\$ xxxxxxxx
VAL	OR TOTAL		4		R\$ xxxxxxxx
	de:_dias (mínima de 60	dias).			
odas as	especificações deverão e	star de acordo co	mo Edital e se	eus anexos.	
Dados pai	ra Depósito Bancário:				
Banco					
Agênc	ia:	I	Dígito:		
Conta:		I	Dígito:		
Dados do	Responsável pela Assi	natura do Conti	rato:		
Nome	:				
CPF 6	e RG:				
NOTA:	A proposta de preços	poderá ser apr	esentada nes	sta folha-modelo, o	ou, se preferir,
roponent	te poderá usar papel p	róprio, desde q	ue nele const	tem todos os dado	s, sem qualqu



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



alteração, apresentados neste modelo, obrigando-se inclusive a respeitar a ordem numérica dos itens; sob pena de desclassificação da proposta na sua forma de julgamento.

Por ser verdade assina a presente;

Nova Trento/SC,	/	/
-----------------	---	---

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A INTERVENÇÃO

Em atendimento ao Item 13.13.2 do Ed	dital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024,
declaramos, sob as penas da Lei, que o	(s) Engenheiro (s), CREA n.º, devidamente credenciado (s)
por esta empresa	, ATESTA que vistoriou o local da
execução da obra, tomando conheciment	o de todas as informações necessárias à elaboração de nossa
proposta de preços, inclusive que qualq	uer alteração necessária para iniciar a obra que não esteja
prevista na planilha orçamentária não ge	rará em hipótese alguma ônus/despesas ao MUNICÍPIO DE
NOVA TRENTO.	
Neste sentido declaramos aindo que	conhacemes as aspectos que passem influenciar direte qu
	conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou
indiretamente na execução da mesma e d	le sua complexidade, e que expedir-se-á a ART da totalidade
da obra.	
Por ser verdade assina a presente;	
Nova Trento/SC,//	
Assinatura do Representante Legal da	Empresa



Fone: 48 32673200

Trento
Terra de Santa Paulina

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO E EQUIPAMENTOS

Em atendimento ao **Item 13.13.1** do Edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024**, declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa dispõe ou disporá de pessoal técnico e equipamentos, conforme exigido no presente Edital e também que não haverá qualquer tipo de paralisação durante a execução dos serviços pela falta dos mesmos.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade.

Por ser verdade assina a presente;

Nova Trento/SC, _	/	_/	

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Fone: 48 32673200



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ESTÁ CIENTE DE TODOS OS COMPONENTES EXPRESSOS NAS PEÇAS GRÁFICAS, MEMORIAIS, PLANILHAS E PERSPECTIVAS

Em atendimento ao Item 13.13.3 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024 , declaramos, sob as penas da Lei, que o (s) Engenheiro (s),, CREA n.º, devidamente credenciado (s) por esta empresa, ATESTA que analisou os componentes expressos nas peças gráficas, memoriais, planilhas e perspectivas, tomando conhecimento de todas as informações necessárias à elaboração de nossa proposta de preços, inclusive que qualquer alteração necessária para iniciar a obra que não esteja prevista na planilha orçamentária não gerará em hipótese alguma ônus/despesas ao MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.
Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou
indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade, e que expedir-se-á a ART da totalidade
da obra.
Por ser verdade assina a presente;
Nova Trento/SC,/
Assinatura do Representante Legal da Empresa



Fone: 48 32673200



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE SE OBRIGA A APRESENTAR O CNO DA RFB NO INÍCIO DA OBRA

Em atendimento ao Item 13.13.5 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024,
declaramos, sob as penas da Lei, que o (s) Engenheiro (s), CREA n.º, devidamente credenciado (s)
por esta empresa, (nome e sobrenome do
profissional habilitado), brasileiro, (estado civil), de profissão (nome da
profissão), portador do Documento de Identidade nº (número do documento), inscrito no
CPF (se pessoa natural ou CNPJ se pessoa jurídica), telefone celular (ddd e número),
endereço eletrônico, residente na (nome do logradouro) nº (número do imóvel), bairro
(nome do bairro), município de (nome da cidade), CEP (número do CEP), profissional habilitado
como responsável técnico pela obra objeto deste edital, DECLARO que me comprometo em efetuar
o devido Cadastro Nacional da Obra (CNO) de acordo com o projeto aprovado, com as normas
técnicas e a legislação aplicáveis, assumindo a responsabilidade legal pela veracidade desta
declaração.
Por ser verdade assina a presente;
Nova Trento/SC,/

Assinatura do Representante Legal da Empresa





ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA

Em atendimento ao Item 13.13.6 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024,
declaramos, sob as penas da Lei, que a (s) Contratada, pessoa jurídica inscrita no
CNPJ, razão social, telefone celular (ddd e número),
endereço eletrônico, residente na (nome do logradouro) nº (número do imóvel), bairro
(nome do bairro), município de (nome da cidade), CEP (número do CEP), DECLARA que ao final
da obra entregará o termo de garantia com respectivo prazo de no mínimo de 05 (cinco) anos para os
serviços contratados que deverá correr a partir da data do Termo de Recebimento da Obra Definitivo,
emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Engenheiro Fiscal do Contrato, assumindo a
responsabilidade legal pela veracidade desta declaração.
Por ser verdade assina a presente;
Nova Trento/SC,/
Assinatura do Representante Legal da Empresa





ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N /2024- PMNT

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA RIBEIRÃO CRECKER NO DISTRITO DE CLARAÍBA NO MUNICÍPIO DE **NOVA** TRENTO/SC. **CONFORMIDADE COM A LEI N. 14.133/21, e LEI 123/2006** E DEMAIS ALTERAÇÕES, INCLUINDO MÃO DE OBRA, E MATERIAL **EQUIPAMENTOS** NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede, hoje, a Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CNPJ n. 82.925.025/0001-60, neste ato representado por seu Prefeito Sr. TIAGO DALSASSO, doravante denominado CONTRATANTE ou MUNICÍPIO, e a empresa ******, estabelecida a *******, CNPJ/MF n. *****, neste ato representada por seu *******, Sr. ******, portador da carteira de identidade nº ***, expedida pela ***, inscrito no CPF nº *******, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de contrato, em decorrência do Processo n. 04/2024 - Concorrência Eletrônica n. 01/2024 , de 00 de março de 2024, homologado em xx/xx/xxxx, mediante sujeição mútua à Lei n. 14.133/21, Lei 123/2006 e às seguintes cláusulas contratuais:

1-CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de Contrato tem por fundamento legal a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 025/2024, n. 044/2024 e 066/2024, e suas alterações e o Edital n. 04/2024 – Concorrência Eletrônica nº 01/2024.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



2-CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA RIBEIRÃO CRECKER NO DISTRITO DE CLARAÍBA NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 14.133/21, e LEI 123/2006 E DEMAIS ALTERAÇÕES, INCLUINDO MÃO DE OBRA, MATERIAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS.

- 2.1. Além dos Atos Convocatórios da Licitação, Pareceres de Julgamento, Legislação Pertinente à Espécie, Instruções da Fiscalização e Informes, integram o presente Contrato e assim aplicáveis, independente de transcrição, os documentos e normas abaixo relacionados, cujos teores são de conhecimento da Contratada:
 - a) Documento de Formalização de Demanda;
 - b) Estudo Técnico Preliminar;
 - c) Termo de Referência;
 - d) Edital da Licitação;
 - e) Mapa de Risco;
 - f) Matriz de Risco;
 - g) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3- CLÁUSULA TERCEIRA- DA FORMA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços objeto deste termo de contrato serão executados sob a forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
- 3.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital de Concorrência Eletrônica n. 01/2024.

4- CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

- 4.1. O menor preço para a execução do objeto deste contrato, é de R\$ *** (***).
- 4.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, físcais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 4.2. Não haverá em hipótese alguma PAGAMENTO ANTECIPADO.
- 4.3. O pagamento será realizado em parcelas mensais correspondentes à conclusão das etapas e fases previstas no cronograma físico-financeiro (ANEXO do edital) e de acordo com o projeto básico e demais documentos que integram o processo licitatório de origem, obedecido o disposto no projeto básico.
- 4.3.1. O pagamento das parcelas somente será efetuado após as medições inerentes à evolução da obra a serem feitas de acordo com o estabelecido no projeto básico e demais documentos integrantes do processo licitatório de origem e só serão pagos mediante aprovação e aceite pelo Engenheiro Fiscal do contrato, inclusive, com apresentação dos relatórios/projetos/estudos/medições e demais documentos pertinentes, através de transferência bancária, para crédito em conta de titularidade da contratada.
- 4.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da nota fiscal pelo FISCAL DO CONTRATO E PELO GESTOR DO CONTRATO, instruída do relatório/boletim de medição.
- 4.4.1. Além dos demais documentos previstos no projeto básico, a CONTRATADA deve apresentar a nota fiscal referente à parcela concluída com os documentos relacionados abaixo, os quais deverão estar dentro do prazo de validade:
- a) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e
- c) Certidão negativa de débitos trabalhistas.
- d) Cadastro Nacional de Obras (CNO).
- 4.4.2. O relatório/boletim de medição deve obedecer ao disposto no projeto básico.
- 4.5. A liquidação das despesas referentes às medições decorrentes da execução deste contrato observará o disposto no projeto básico.
- 4.6. Deverá vir especificado e separado na nota fiscal os valores que se referem a mão de obra e os que se referem ao material empregado na execução para a devida incidência dos impostos.
- 4.7. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos que o instruem, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 4.8. O CONTRATANTE não se responsabiliza por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista neste contrato.
- 4.9. Nenhum pagamento isentará a licitante vencedora das responsabilidades e obrigações



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços em desacordo com o previsto nesta Concorrência Eletrônica e seus anexos.

- 4.10. O Município poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:
- 4.10.1. Paralisação dos serviços por parte da Contratada, até o reinício.
- 4.10.2. Execução defeituosa dos serviços até que sejam refeitos ou reparados.
- 4.10.3. Existência de qualquer débito para com o Município até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a CONTRATADA tenha perante o Município.
- 4.10.4. Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização do Município.
- 4.11.No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.
- 4.12. O valor inicialmente contratado é fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data da proposta.
- 4.13. Após o intervalo de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.14. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.15. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.16. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.17. O reajuste será realizado por termo aditivo, conforme a Lei 14.133/21.
- 4.18. O prazo para resposta ao pedido efetuado pelo Contratado para o reajuste de preços será de até 10 (dez) dias úteis.
- 4.19. A CONTRATADA não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no contrato venham a se materializar.

5- CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, conforme o artigo 106 da Lei n. 14.133/2021, podendo ser prorrogado.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 5.2. O prazo para a execução do objeto do contrato é de 90 (noventa) dias, contados da data da ordem de início dos serviços.
- 5.3. O prazo para o início dos serviços não poderá exceder a 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de início dos serviços.
- 5.3.1. Excepcionalmente, prazo diverso pode ser estipulado.

6- CLÁUSULA SEXTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 08 – Secretaria Municipal De Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade: 001 - Secretaria Municipal De Transportes, Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 1.019 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS

Dotação: 87 - 4.4.90.1.500.700.000

7-CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, dentre outras inerentes ou decorrentes deste contrato, além daquelas previstas no edital, projeto básico e demais documentos que integram o processo licitatório de origem:
- a) Dar fiel execução ao objeto deste contrato, dentro de todas as disposições contidas no edital, projeto básico e demais documentos que integram o processo licitatório de origem;
- b) Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço;
- c) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do faturamento que impliquem no aumento das despesas;
- d) Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;
- e) Comunicar ao FISCAL DO CONTRATO a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do serviço em partes ou no todo, hipótese em que deverá comunicar por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da ocorrência;
- f) Cumprir, durante a execução dos serviços contratados, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes a que houver dado causa, especialmente relativas as obrigações fiscais, sociais, trabalhistas e encargos sociais;
- g) Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista;



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- h) Reparar, corrigir e/ou refazer às suas expensas, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da notificação do FISCAL DO CONTRATO, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado, durante a execução da obra;
- i) Reparar ou corrigir às suas expensas, no prazo fixado pelo FISCAL DO CONTRATO, as falhas e imperfeições verificadas após o recebimento provisório da obra;
- j) Arcar com todas as despesas de tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), leis sociais, administração, materiais e instrumental, bem como qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada, com relação aos serviços, objeto do contrato;
- k) Responsabilizar-se diretamente pela indenização, das perdas e danos, e qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE ou terceiros, por ação ou omissão sua, de seus prepostos, na execução dos serviços contratados, obrigando-se a assumir a condição de litisconsorte passiva quando denunciada à lide em ação judicial específica;
- Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação durante toda a execução deste contrato;
- m) Empregar funcionários uniformizados e com uso de equipamentos de segurança pertinentes aos trabalhos, especializados no que se propõem a fazer e em número compatível com cronograma da obra;
- n) Compete à CONTRATADA fornecer Equipamento de Proteção Individual EPI e uniformes para os funcionários e fiscalizar a correta utilização pelos mesmos durante a execução dos serviços.
- o) Observar a vedação da celebração, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato administrativo com empresa cujo proprietário ou sócio seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o terceiro grau, de agente político do órgão ou entidade contratante, devendo, na ocorrência de quaisquer umas das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, ao CONTRATANTE, respondendo, na forma da lei, pela omissão;
- p) Observar a vedação da celebração, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato administrativo com empresa que possua proprietário, sócio ou funcionário que seja servidor ou agente político do órgão ou entidade contratante, devendo, na ocorrência de quaisquer umas das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, ao CONTRATANTE, respondendo, na forma da lei, pela omissão;
- q) Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação total ou parcial sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, observada a cláusula décima primeira deste contrato;



Fone: 48 32673200



- r) Também é vedada a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.
- s) Responsabilizar-se integralmente pelos pagamentos referentes aos serviços prestados por terceiros, não cabendo ao CONTRATANTE, qualquer obrigação sobre eventuais débitos contraídos junto aos mesmos.
- 7.2. A CONTRATADA responderá pelos danos ocasionados a terceiros, pelas irregularidades ou quaisquer outras anomalias ocorridas durante os serviços executados sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 7.3. A CONTRATADA deve facilitar a ampla fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.
- 7.4. A CONTRATADA não deve executar nenhum serviço além do exposto neste contrato, salvo se previamente autorizada pelo CONTRATANTE.
- 7.5. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Conforme algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.6. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 7.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;
- 7.8. Os atos de responsabilidade da Contratada só poderão ser praticados pelo representante legal ou representante constituído através de mandato.
- 7.9. Qualquer ato de tolerância da Contratada, quanto à exigência do cumprimento de qualquer obrigação oriunda deste instrumento, não implicará renúncia ao respectivo direito, nem induzirá novação, precedente ou alteração do contrato, constituindo-se em mero ato de liberalidade.
- 7.10.A CONTRATADA obriga-se ao cumprimento de todas as cláusulas e condições do Edital da Concorrência Eletrônica nº 001/2024, do **Termo de Referência** e de sua proposta apresentada, que deram origem ao presente Contrato.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 7.11. Se uma das partes tolerar qualquer infração em relação a dispositivos deste instrumento, não significa que tenha liberado a outra parte de obrigações assumidas e nem tampouco que o dispositivo infringido tenha sido considerado cancelado.
- 7.12. Qualquer omissão ou tolerância em exigir o estreito cumprimento de quaisquer termos ou condições deste Contrato, ou exercer direito dele decorrente, não constituirá renúncia a eles e não prejudicará assim a faculdade de qualquer das partes em exigi-los ou exercê-los a qualquer tempo.
- 7.13. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela execução da obra nos termos do Código Civil Brasileiro e pelo fiel cumprimento do Contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, sendo que a presença da fiscalização do CONTRATANTE não exclui essa responsabilidade.
- 7.14. A CONTRATADA deverá manter a guarda da obra até o seu recebimento definitivo.
- 7.15. A CONTRATADA deverá manter a ordem e a disciplina no local das obras e utilizar, na execução do projeto, pessoal que não terá com o CONTRATANTE qualquer vinculação, os quais deverão ter idoneidade moral e habilitação técnica condizente com os serviços que deverão executar.
- 7.16- A CONTRATADA deverá responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeição técnica das obras/serviços, inclusive quanto à qualidade, quantidade, acabamento, e processo de aplicação do material a empregar, bem como pela reexecução dos serviços que não forem aceitos pela fiscalização do CONTRATANTE, em decorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, não cabendo, nestes casos, ônus de qualquer espécie para o CONTRATANTE ou dilatação dos prazos de execução.
- 7.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato:

8- CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, dentre outras inerentes ou decorrentes deste contrato, além daquelas previstas no edital, projeto básico e demais documentos que integram o processo licitatório de origem:
- a) Emitir a ordem de fornecimento para início da execução do objeto.
- b) Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 117da Lei Federal nº 14.133/21, a execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- c) Fornecer à CONTRATADA, todos os dados e elementos que não constam no edital, projeto básico e memorial descritivo necessários à perfeita execução do contrato;



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- d) Liquidar os documentos de cobrança, conforme disposto na cláusula quarta deste instrumento;
- e) Publicar o extrato deste contrato, no prazo e na forma da lei;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte a parcela prestada em desacordo com o contrato;
- h) Notificar por escrito a CONTRATADA, a ocorrência de irregularidades durante a execução do contrato, fixando prazo para sua correção.
- i) Receber a obra/serviço em caráter provisório, apontando no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, quando for o caso, os defeitos ou imperfeições passíveis de correção que forem constatados pela fiscalização através do Engenheiro responsável, estabelecendo prazo para sua correção. j) Receber a obra/serviço em caráter definitivo, depois de constatar a correção das imperfeições detectadas, quando for o caso.

9-CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por profissional habilitado, nomeado pela autoridade competente.
- 9.2. O contrato será fiscalizado pelo servidor, Matricula n., nomeado pelo gestor do contrato.
- 9.3. O FISCAL DO CONTRATO anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 9.4. O FISCAL DO CONTRATO fiscalizará e inspecionará os serviços e verificará o cumprimento das especificações e normas técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem às especificações.
- 9.5. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.
- 9.6. Compete ao FISCAL DO CONTRATO NOTIFICAR a CONTRATADA em caso de inadimplência ou irregularidade durante a execução do contrato, podendo exigir a correção e/ou adequação necessária, fixando prazo para o cumprimento, sem aumento nos valores contratuais;
- 9.7. Persistindo a inadimplência ou irregularidade, o FISCAL DO CONTRATO comunicará o Secretário da Pasta e Gestor do Contrato, por meio de expediente informando as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, instruído de relatórios e demais documentos necessários para estabelecer as obrigações descumpridas pela CONTRATADA, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200

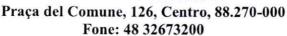


- 9.8. O FISCAL DO CONTRATO transmitirá à CONTRATADA as instruções, ordens e reclamações, competindo lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer do serviço.
- 9.8.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do FISCAL DO CONTRATO deverão ser solicitadas ao seu superior em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 9.9. Mediante prévia comunicação, o FISCAL DO CONTRATO poderá interromper a execução dos serviços sempre que houver falta cometida pela CONTRATADA que possa comprometer a qualidade dos serviços.

10-CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- a. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível:
- c. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d. Deixar de apresentar amostra; ou
- e. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:
- 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 10.1.5.Fraudar a licitação.
- 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- b. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n.º 12.846, de 2013.







- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar; e
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e alíneas, 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e alíneas, 10.1.7 e 10.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e suas alíneas, 10.1.3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e suas



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



alíneas, 10.1.7 e 10.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e suas alíneas, 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.

- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, serão observadas as normas processuais administrativas previstas pelo Decreto Municipal nº 25/2024 de 06 de fevereiro de 2024.
- 10.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200

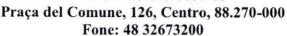


- 10.17. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 10.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 10.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MEDIDAS ACAUTELADORAS E MATRIZ DE RISCO

- 11.1. Consoante o art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
- 11.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo ao contrato Matriz de Riscos deste Contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar ao Município de Nova Trento/SC sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:
- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;







- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 12.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 12.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 12.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 12.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 12.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 12.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 12.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 12.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 1212. Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O descumprimento das obrigações pactuadas poderá determinar extinção do Contrato, independente de medidas judiciais. Constituem motivos de rescisão unilateral do contrato:
- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- b) A transferência ou cessão, total ou parcial, do contrato a terceiros;
- c) A associação da Contratação com outrem;
- d) O desatendimento das determinações legais;
- e) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada;
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificado, mediante processo administrativo;
- g) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada;
- h) O desvio da finalidade.
- 13.2. Com base no artigo 138, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, a rescisão do contrato poderá ser consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do Município contratante que, a exemplo da rescisão administrativa, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 137. 138 e 139 da Lei n. 14.133/2021 e demais alterações.
- 13.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal n.º 25/2024 e normas e princípios gerais dos contratos.

15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS ALTERAÇÕES



PREFEITURA DE NOVA TRENTO CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000



Fone: 48 32673200

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

161. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina (DOM/SC).



PREFEITURA DE NOVA TRENTO CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000

a del Comune, 126, Centro, 88.270-0 Fone: 48 32673200



17-CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

- 17.1. Fica eleito o foro da comarca de São João Batista SC para dirimir as questões oriundas do presente.
- 17.2. E por estarem justos e contratados, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim, na presença de testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CONTRATADA

_	
	PREFEITO MUNICIPAL
	CONTRATANTE
_	EMPRESA
	CNPJ nº



PREFEITURA DE NOVA TRENTO CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200

Nova Trento Terra de Santa Paulir

ANEXO X

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

PROCESSO Nº 04/2024 CONCORRENCIA 01/2024



SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE CONCORRENCIA ELETRÔNICA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS "BNC" E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)		
Nome:(Razão Social)		
CNPJ:	() ME/ EPP	
Endereço:		
Complemento:	Bairro:	
Cidade:	UF:	
CEP:	Inscrição estadual:	
Telefone comercial:		
Representante legal:	E-mail*:	
RG:	Emissor:	
CPF:		



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200

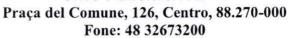


Celular:	Data de nasc:	
Responsável Financeiro:	Telefone:	
e-mail financeiro:		
e-mail () no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será		
necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais		

1 *o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa.

- Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras "BNC", do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
- 2. São responsabilidades do Licitante:
- 3. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- 4. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- 5. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras "BNC", dos quais declara ter pleno conhecimento; iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e
- 6. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.
- 7. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.
- A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa,







sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:/_de_20_.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



IMBUIA

MUNICÍPIO DE IMBUIA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2024

EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE ACORDO COM O ARTIGO 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, DE 7 DE AGOSTO DE 2014.

Código registro TCE: CDCDDC00931359D11E706BD903CE8C-

Tipo "Menor Preço por ITEM" visando a "A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS e será regida pela Lei n. 14.133/2021 e alterações, para Eventual AQUISIÇÃO DE MÁQUINÁRIO(S) E/OU EQUIPAMENTO(S) AGRÍCOLA(S) E/OU MAQUINARIO(S) E/OU EQUIPAMEN IO(S) AGRICOLA(S) E/OU
RODOVIÁRIO(S), PARA O MUNICÍPIO DE IMBUIJA/SC, OBJETIVANDO EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROCESSO DE
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL VOLUNTÁRIA: SCC 12628/2023,
PORTARIA CONJUNTA SGG/SEF N° 005/2023, VINCULADO AO
GOVERNO DO ESTADO DE SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E O MUNICÍPIO DE IMBUIA/SC. conforme Termo de Referência - Anexo III". Conforme o Edital de

¹tação n.º 30/2024. art. 78 da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei ¹nica e o Edital. ABERTURA: O recebimento dos Envelopes nº. – PROPOSTA e nº. 02 – HABILITAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e credenciamento dos representantes, dar-se-a partir das 08h00min às 08h30min, sendo que às 08h30min do dia 22 de março de 2024, será aberta a sessão pública, que se realizará no setor de Licitações e Contratos, localizada no Paço Municipal, sito na Av. Bernardino Andrade, 86 - Centro, Imbuia/SC. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado ou pelo Site www.imbuia.sc.gov.br Informações mail adriana@imbuia.sc.gov.br; Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 11/03/2024 Deny Scheidt - Prefeito Municipal. Cod. Mat.: 978005

IPUAÇU

Estado de Santa Catarina

Município de Ipuaçu
EXTRATO DO CONTRATO PREF N. 034/2024

Contratante: Município de Ipuaçu. Contratado: WARR CONSTRITUORA LTDA ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a Execução de pavimentação em trecho de estrada na Terra Indígena Xapecó (1ª Etapa de pavimentação poliédrica) no Município de Ipuaçu/ SC, composta por 1782,03m² de trecho a pavimentar, incluindo mobilização e desmobilização de equipamentos, movimentação de terra, drenagem pluvial, pavimentação poliédrica e sinalização vertical, com fonte de recursos da Transferência Especial através das Emendas Parlamentar Impositiva Infraestrutura e Mobilidade -SIE n°1676/2023 e nº 1567/2023 (Portaria 339 SEF de 01/11/2023) de acordo com as especificações e Anexos do edital.

Valor: Contratação parcial no valor de R\$ 151.348,68 (cento e anta e um mil trezentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

Licitação: Processo Licitatório PREF n. 109/2023 Tomada de Preços PREF n. 016/2023.

lpuaçu/SC, 11 de março de 2024, CLORI PEROZA. Prefeita Municipal

Cod. Mat.: 978168

IPUMIRIM

RETIFICAÇÃO RESUMIDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2024, MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2023

HENRIQUE SCHNEIDER, Pregoeiro, no uso de suas atribuições torna público para conhecimento dos interessados a **retificação** efetuada no edital sobredito, a saber:

Considerando a necessidade de retificação do Processo Licitatório nº 10/2024, fica alterado o subitem 10.8.1, removendo os itens 'b

e 'c', referente ao edital supracitado, a saber:

RETIFICA

1 - Fica alterado o subitem 10.8.1, removendo os itens 'b' e 'c' referente ao edital supracitado, a saber, referente ao edital acima mencionado, podendo as alterações serem obtidas junto ao setor de Compras do Município de Ipumírim através do e-mail henrique. compras@ipumirim.sc.gov.br ou através do site www.ipumirim.sc.gov.br/licitacoes. 2- Em função da alteração não prejudicar a confecção das propostas, mantém-se a mesma data de abertura, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito. 3- As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas. 4- Revogadas as disposições em contrário comunica-se aos interessados em participar do certame licitatório lpumirim, 08 de março de 2024 Henrique Schneider Pregoeiro Cod. Mat.: 977904

IRATI

Extrato do Contrato nº 035/2024

CHAVE TCE/SC: 2410148B5C1069A35B9D053DE26DA03DC0606150

Processo Licitatório Nº 152/2023

Edital: CONCORRÊNCIA OBRAS E SERVIÇOS DE ENG. Nº 003/2023 Objeto: EMPREITADA GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO ACESSO À COMUNIDADE DE LINHA ÁGUA LIMPA NESTE MUNICÍPIO NUMA EXTENSÃO DE 0,56075KM PERFAZENDO 5.043M² CONFORME PROJETO, ART E REQUISITOS DO EDITAL Contratado: VIA ASFALTOS LTDA, CNPJ: 49.539.605/0001-44 Valor do contrato: R\$ 666.450.00 (seiscentos e sessenta e seis

mil, quatrocentos e cinquenta reais)

Dotação orçamentaria: Órgão: 08 – SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS Unidade Orçamentária: 02 - DEPART. DE SERVIÇOS

Projeto: 1.026 – Pavimentação de Ruas e Construção de Passeios Elemento: (cód. red. 203) 4490.00.00.1710 – Obras em Andamento R\$ 350.000,00.

Elemento: (cód. red. 204) 4490.00.00.1755 - Obras em Andamento R\$ 316.450,00. Vigência 120 dias até 07/07/2024

Irati/SC, 07 de março de 2024. NEURI MEURER - Prefeito

Cod. Mat.: 977993

JABORÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JABORÁ AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2024 CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2024

O Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, que tem por objeto CONjulgamento MENOR PREÇO GLOBAL, que tem por objeto CON-TRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS, LOCALIZADO A RUA PRO-FESSOR JOSÉ MARÍA BORDIN, 60, BAIRRO SÃO VALENTIN, NO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO, RECURSOS ORIUN-DOS DA EMENDA IMPOSITIVA N° 521/2023 DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. O certame realizar-se-â no día 26 de março de 2024, às 09h10min (horário de Brasilia), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site https://www. portaldecompraspublicas.com.br, sendo presidido pela Pregoeira desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras Públicas, endereço https://www.portaldecompraspublicas.com.br e na página eletrônica do Município de Jaborá, endereço: https://www.jabora.sc.gov.br Majores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo em horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h às 17h. Jaborá/SC, 12 de março de 2024. Clevson Rodrigo Freitas

Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 978039

JOINVILLE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Licitações da Se-cretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que homologa o processo licitatório de Pregão Eletrônico nº 580/2023 — UASG 453230, destinado ao Registro de Preços, visando a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento C veículos e equipamentos da Prefeitura Municipal de Joinville, bem como o julgamento efetuado pela Pregoeira, adjudicando o objeto licitado às empresas vencedoras em seus respectivos itens e valor unitário, quais sejam: AUTOLUK – COMÉRCIO DE PNEUMÁTI-COS E PEÇAS LTDA – Item 01 – R\$ 22,85; STORE DO BRASIL

LTDA – Item 02 – R\$ 33,28. Joinville, 08 de março de 2024.

Ricardo Mafra – Secretário de Administração e Planejamento Silvia Cristina Bello – Diretora Executiva

Cod. Mat.: 977897

MODELO

Estado de Santa Catarina Município de Modelo

PROCESSO Nº 019/2024 CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 01/2024

A Comissão de Licitação do Município de Modelo-SC através do Secretário de Administração, em cumprimento aos dispositivos legais da lei 14.133/2021 torna público a todos os interessados

que se encontra aberto processo licitatório da modalidade CON-CORRÊNCIA ELETRONICA para que os interessados possam acessar a plataforma eletrônica e cadastrar suas propostas pelo site: https://bnc.org.br/, as propostas poderão ser enviadas pela plataforma até o horário das 07h:45min do dia 27 de março de 2024, e abertura da disputa será no dia 27 de marco de 2024, as 08h:30min, as dúvidas referentes ao processo poderão ser sanadas diretamente ao setor de compras e licitação da prefeitura municipal de Modelo, nos horários de: das 07h:30min as 11h:30min e das 13:00 as 17h:00 ou pela plataforma da BNC

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO GINÁSIO MU-NICIPAL DE ESPORTES NA COMUNIDADE DE LINHA CEDRO, INICIPAL DE ESPORTES NA COMUNIDADE DE LINHA CEDRO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. A SER EXECUTADA EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO ANEXOS AO PRESENTE EDITAL. Modelo - SC. 11 de Março de 2024.

Dirceu Silveira Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 978188

NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO Nº 04/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA RIBEIRÃO CRECKER NO DISTRITO DE CLARAÍBA NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC. EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 14.133/21 e LEI 123/2006 E DEMAIS ALTERAÇÕES, INCLUINDO MÃO DE OBRA, MATERIAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE RE-FERÊNCIA, PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS.

Julgamento: MENOR PREÇO. Forma de Execução: Regime de
Empreitada por Preço global. Entrega dos envelopes: Até as
08:30 horas do dia 26/03/2024. Abertura: 26/03/2024 as 09:00
horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune,
126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 e (48) 3267-3211 – Site: www. novatrento.sc.gov.br. Email: licitacao@novatrento.sc.gov.br Tiago Dalsasso

Cod. Mat.: 977942

OTACÍLIO COSTA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE №

 O Fundo Municipal de Saúde de Otacílio Costa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 10.433.103/0001-07, representado pelo seu Gestor, Sr. João Junior Lopes Velho, que por meio do Agente de Contratação (Pregoeiro), Sra. Roveni de Lurdes Hamann, comunicam aos interessados a RETIFICAÇÃO DO EDITAL do Pregão Eletrônico nº 001/2024, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMAS HOSPITALARES ELÉTRICAS, QUE POSSUEM CARACTERÍSTICAS APROPRIADAS E IMPORTAN-TES PARA O TRATAMENTO E CONFORTO DOS USUÁRIOS. AQUISIÇÃO ATRAVÉS DO CONVÊNIO DO ESTADO, EMENDA PARLAMENTAR N. 2061/2023, DESTINADA AO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, NA RELAÇÃO DE ITENS (ANEXO I) E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II) ", em decorrência de alterações no item 11.9. Qualificação Técnica, Alínea "b" e no Termo de Referência (Anexo II), item 3 - REQUISI-TOS DA EXECUÇÃO. Em virtude do mesmo a sessão de disputa ocorrerá no dia 22/03/2024. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada nos endereços eletrônico: http://www. otaciliocosta.sc.gov.br e http://www.bll.org.br. Otacilio Costa/SC 11 de março de 2024. JOÃO JUNIOR LOPES VELHO - Gestor. Cod. Mat.: 978184

POMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE POMERODE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004 / 2024
Processo Administrativo n.º 014 / 2024. Código TCE/SC n.º
4911C87D98DB66ABC5BA2C7F6AD53A6884550E5. Objeto:
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA POLÍCIA MILITAR DE POMERODE, A SER IMPLAN-TADA NA AVENIDA 21 DE JANEIRO, CENTRO, POMERODE/ SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS

PORTARIA 415-2024 - LICENÇA PRÊMIO - ROSIMAR DARÓS

Publicação Nº 5728731

PORTARIA Nº 415/2024 Concede Licença Prêmio

Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto no 095/2017, e de acordo com o art. 88 da Lei nº 706, de 22 de março de 2023 (Estatuto do Magistério do Município de Nova Trento) e art. 147, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal, ROSIMAR DARÓS, matrícula nº 185, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Nível IV, Referência 'R', com 20 (vinte) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil - Pe. Rossi - Centro, Readaptada conforme Portaria nº 297/2024, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (hum) mês, a contar de 05 de março de 2024 até 03 de abril de 2024, referente ao período aquisitivo de 02/10/2008 a 01/10/2013.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de março de 2024.

Larissa Battisti Secretária Municipal de Educação

gistrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Eliane Tomaz Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PROCESSO N. 04/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 01/2024

Publicação Nº 5728065

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23DC8483AC428D002A01091B86DFE90D6671E2D4

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO Nº 04/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA RIBEIRÃO CRECKER NO DISTRITO DE CLARAÍBA NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 14.133/21, e LEI 123/2006 E DEMAIS ALTERAÇÕES, INCLUINDO MÃO DE OBRA, MATERIAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS.

Julgamento: MENOR PRECO. Forma de Execução: regime de Empreitada por Preco Global. Entrega dos envelopes: Até as 08:30 horas do dia 26/03/2024. Abertura: 26/03/2024 as 09:00 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 e (48) 3267-3211 - Site: www.novatrento.sc.gov.br. Email: licitacao@novatrento.sc.gov.br Tinno Dalsasso

ito







Val. Ref.: 478.390,32

MUNICIPIO DE NOVA TRENTO NOVA TRENTO-SC

PROPOSTAS DO PROCESSO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024

Processo Administrativo Nº 04/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: FABIO DE FREITAS

Data de Publicação: 11/03/2024 11:10:22

LOTE 1

Item: 1

Quant.: 1

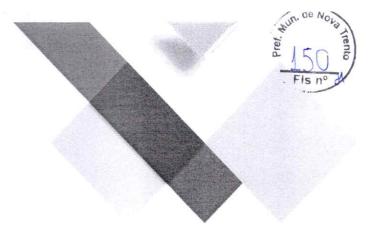
Unidade: SERVIÇOS E

MATERIAIS

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARAEXECUÇÃO DE P^VIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA RIBEIRÃO CRECKER, NO DISTRITO DE CLARAÍBA NO NICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 005	Obra	478.390,32
PARTICIPANTE 053	Obra	423.903,65
PARTICIPANTE 060	Obra	478.390,32
PARTICIPANTE 145	Obra	478.390,32
PARTICIPANTE 029	PROPRIA / SERVIÇO	478.390,32
PARTICIPANTE 126	Obra	478.390.32





PROPOSTA DE PREÇO

Razão Social: DG CONSTRUTORA LTDA.	
CNPJ: 07.670.450/0001-30	
Endereço: Rua João Severino Waltrick, nº 106, sala 01, bai	rro Centro
Cidade/UF: Lages/SC	CEP: 88.501-430
E-mail: diefersonkelver77@gmail.com	Fone: (49) 98854-0679

Item	Especificações	Valor de Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para execução de pavimentação, drenagem e sinalização da rua ribeirão crecker, no distrito de Claraíba no Município de Nova Trento/SC	Obra	01	R\$ 478.390,32	R\$ 478.390,32
	VALOR TOTAL			R\$ 478.390,32	

Validade: está proposta é válida por 60 dias.

Dados para Depósito Bancário: Banc	p: Banco do Brasil	
Agência: 307	Dígito: 7	
Conta: 68.042	Dígito: 7	

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato	
Nome: Dieferson Kelver Gonçalves	
CPF e RG: 082.042.499-42 5.777.256	

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Lages (SC), 25 de março de 2024.



DIEFERSON KELVER GONCALVES Data: 25/03/2024 23:13:03-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Representante Legal: Dieferson Kelver Gonçalves

Razão Social:

DG Construtora Ltda.

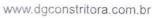
CNPJ:

07.670.450/0001-30

















CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: DG CONSTRUTORA LTDA

CPF/CNPJ: 07.670.450/0001-30

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os <u>Sistemas ePAD e CGU-PJ</u> consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O <u>Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</u> apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O <u>Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)</u> apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

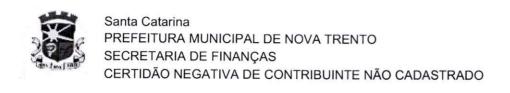
O <u>Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)</u> apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:39:35 do dia 26/03/2024, com validade até o dia 25/04/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: fyeTwg9vDOvmYE3E10x8

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Número — Validade — 25/04/2024

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social
DG CONSTRUTORA CNPJ: 07.670.450/0001-30
Aviso
CPF/CNPJ sem inscrição no cadastro de contribuintes.
Mensagem
Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que NÃO CONSTA na base de dados da Secretaria Municipal de Finanças.
Ressalvado o direito Prefeitura Municipal de Nova Trento, de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas.
É certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos e de mais débitos administrativos pela secretaria municipal de finanças.
Fundamentação Legal
Código de Controle
CWIROPFHEHA105M0

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado. http://www.novatrento.sc.gov.br

Nova Trento (SC), 26 de Março de 2024

Praça del Comune, 126 - Centro Nova Trento (SC) - CEP: 88270000 - Fone:4832673200



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (26/03/2024 às 09:30) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 07.670.450/0001-30.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6602.BFFB.38CD.9251 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade adm/autenticar_certidao.php

Gerado em: 26/03/2024 as 09:30:51

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Página 1/1



Consulta

Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Detalhar

CNPJ

Razão Social

Nome Fantasia

07.670.450/0001-30

DG CONSTRUTORA LTDA

DG CONSTRUTORA

Situação

Situação Cadastral

Idoneo

Credenciado

VOLTAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

Brasilia, 26 de Março de 2024

Produção

https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf

1/2











https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf

2/2





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/03/2024 09:34:04

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: DG CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 07.670.450/0001-30

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU

Cadastro: Licitantes Inidôneos Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: CNJ

Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa

e Inelegibilidade

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Orgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade:

CONSTRUTORA CESCONETTO LTDA

Período da Escrituração: 01/05/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 07.670.450/0001-30

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado:

01 de Maio de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 525.624,81	R\$ 520.663,32
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 525.624,81	R\$ 520.663,32
DIPONIBILIDADES	R\$ 525.624,81	R\$ 520.663,32
CAIXA	R\$ 511.138,08	R\$ 506.176,59
Caixa	R\$ 11.138,08	R\$ 6.176,59
Capital Social em Espécie para Investimentos Futuros	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
BANCOS CONTA MOVIMENTOS	R\$ 14.486,73	R\$ 14.486,73
Banco do Brasil S.A.	R\$ 14.486,73	R\$ 14.486,73
PASSIVO	R\$ 525.624,81	R\$ 520.663,32
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 17.920,27	R\$ 85.483,77
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 55.000,00
Emprestimo a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 55.000,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 6.467,96	R\$ 16.866,90
Salários a Pagar	R\$ 5.193,77	R\$ 1.423,47
Pró-Labore a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 11.205,64
FGTS a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 140,00
INSS a Recolher	R\$ 1.274,19	R\$ 4.097,79
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	R\$ 9.983,58	R\$ 12.148,14
IRF a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 2.164,56
Simples Nacional a Recolher	R\$ 9.983,58	R\$ 9.983,58
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 1.468,73	R\$ 1.468,73
Provisão Décimo Terceiro Salário	R\$ 750,96	R\$ 750,96
Provisão de Férias	R\$ 717,77	R\$ 717,77
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 507.704,54	R\$ 435.179,55
CAPITAL SOCIAL	R\$ 530.000,00	R\$ 530.000,00
Tatiana Cristina Granero Pereira Cesconetto	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
Wagner Terras Cesconetto	R\$ 380.000,00	R\$ 380.000,00
(-) LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ (22.295,46)	R\$ (94.820,45)
Lucros Acumulados	R\$ 17.149,48	R\$ 16.549,48
(-) (-) Prejuízos do Exercicio	R\$ (39.444,94)	R\$ (111.369,93)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 56.15.A5.E5.17.43.82.45.D8.97.55.96.51.3E.58.D5.49.87.04.A2-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade:

CONSTRUTORA CESCONETTO LTDA

Período da Escrituração: 01/05/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 07.670.450/0001-30

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado:

01 de Maio de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Receita Líquida	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Custos dos Serviços Prestados	R\$ (0,00)	R\$ (28.812,19)
(-) CUSTO DE OBRAS POR EMPREITADAS	R\$ (0,00)	R\$ (28.406,84)
(-) Pequenas Obras cta Custo	R\$ (0,00)	R\$ (28.406,84)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ (0,00)	R\$ (405,35)
(-) Fretes e Carretos	R\$ (0,00)	R\$ (405,35)
(-) Lucro Bruto	R\$ (0,00)	R\$ (28.812,19)
(-) Despesas Administrativas	R\$ (0,00)	R\$ (42.487,80)
(-) COM PESSOAL	R\$ (0,00)	R\$ (3.695,40)
(-) Salários	R\$ (0,00)	R\$ (3.350,00)
(-) Contribuições ao FGTS	R\$ (0,00)	R\$ (288,00)
(-) Décimo Terceiro	R\$ (0,00)	R\$ (250,00)
Vale Transporte	R\$ 0,00	R\$ 192,60
(-) COM ADMINISTRAÇÃO	R\$ (0,00)	R\$ (23.136,00)
(-) Pró-labore	R\$ (0,00)	R\$ (23.136,00)
(-) OUTRAS DESPESAS	R\$ (0,00)	R\$ (15.656,40)
(-) Despesas Diversas	R\$ (0,00)	R\$ (15.656,40)
(-) Despesas Tributarias	R\$ (0,00)	R\$ (625,00)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$ (0,00)	R\$ (625,00)
(-) Multa e juros s/ Tributos	R\$ (0,00)	R\$ (625,00)
(-) Resultado operacional líquido	R\$ (0,00)	R\$ (71.924,99)
(-) Resultado Antes do IR	R\$ (0,00)	R\$ (71.924,99)
(-) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	R\$ (0,00)	R\$ (71.924,99)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 56.15.A5.E5.17.43.82.45.D8.97.55.96.51.3E.58.D5.49.87.04.A2-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA	ESCRITURAÇÃO	
NIRE 42205616474	CNPJ 07.670.450/0001-30	
NOME EMPRESARIAL CONSTRUTORA CESCONETTO LTDA	•	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO	
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/05/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Diário	1
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
56.15.A5.E5.17.43.82.45.D8.97.55.96.51.3E.58.D5.49.87.04.A2	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO	COM OS SEGU	JINTES CERTIFICADO	OS DIGITAIS:		
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	N° SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	02763640907	VALTER HILDEBRANDO MELO:02763640907	806900988008794569 7	23/01/2024 a 22/01/2025	Não
Diretor	08204249942	DIEFERSON KELVER GONCALVES:082042499 42	892508401212494293 1	15/06/2023 a 15/06/2028	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

56.15.A5.E5.17.43.82.45.D8.97.55.96.5 1.3E.58.D5.49.87.04.A2-8 Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO

em 08/02/2024 às 10:10:29

D4.35.B2.38.20.10.D7.06 08.3A.90.A0.66.32.C1.28

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:

CONSTRUTORA CESCONETTO LTDA

Período da Escrituração: 01/05/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 07.670.450/0001-30

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado:

01 de Maio de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

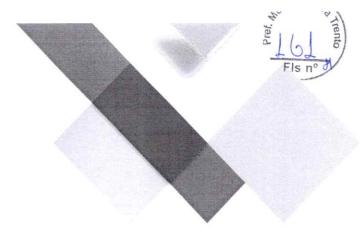
	TERMO DE ABERTURA
Nome Empresarial	CONSTRUTORA CESCONETTO LTDA
NIRE	42205616474
CNPJ	07.670.450/0001-30
. nero de Ordem	1
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	LAGES
Data do arquivamento dos atos constitutivos Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	05/10/2005
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	722
	TERMO DE ENCERRAMENTO
N e Empresarial	CONSTRUTORA CESCONETTO LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	1
Quantidade total de linhas do arquivo digital	722
Data de inicio	01/05/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 56.15.A5.E5.17.43.82.45.D8.97.55.96.51.3E.58.D5.49.87.04.A2-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador





DECLARAÇÃO DE QUE ESTÁ CIENTE DE TODOS OS COMPONENTES EXPRESSOS NAS PEÇAS GRÁFICAS, MEMORIAIS, PLANILHAS E **PERSPECTIVAS**

A empresa DG CONSTRUTORA LTDA., estabelecida na Rua João Severino Waltrick, nº 106, sala 01, bairro Centro, cidade Lages/SC, Cep 88.501-430, inscrita no CNPJ sob n.º 07.670.450/0001-30, neste ato representada pelo seu Sr. Dieferson Kelver Gonçalves, no uso de suas atribuições legais, infra assinado, e para os fins do Edital de Concorrência Pública nº 01/2024, DECLARA, expressamente, em atendimento ao Item 13.13.3 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024, declaramos, sob as penas da Lei, que o Engenheiro Civil, inscrito no CREA sob o nº 127091-9, devidamente contratado por esta empresa DG CONSTRUTORA LTDA, analisou os componentes expressos nas peças gráficas, memoriais, planilhas e perspectivas, tomando conhecimento de todas as informações necessárias à elaboração de nossa proposta de preços, inclusive que qualquer alteração necessária para iniciar a obra que não esteja prevista na planilha orçamentária não gerará em hipótese alguma ônus/despesas ao MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade, e que expedir-se-á a ART da totalidade da obra.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.



Lages (SC), 25 de março de 2024.

Representante Legal: Dieferson Kelver Gonçalves

Razão Social:

DG Construtora Ltda.

CNPJ:

07.670.450/0001-30



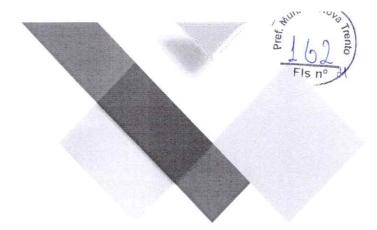












DECLARAÇÃO QUE SE OBRIGA A APRESENTAR O CNO DA RFB NO INÍCIO DA OBRA

A empresa DG CONSTRUTORA LTDA., estabelecida na Rua João Severino Waltrick, nº 106, sala 01, bairro Centro, cidade Lages/SC, Cep 88.501-430, inscrita no CNPJ sob n.º 07.670.450/0001-30, neste ato representada pelo seu Sr. Dieferson Kelver Gonçalves, no uso de suas atribuições legais, infra assinado, e para os fins do Edital de Concorrência Pública nº 01/2024, DECLARA, expressamente, em atendimento ao Item 13.13.5 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024, declaramos, sob as penas da Lei, que o Engenheiro, inscrito no CREA sob o nº 127091-9, devidamente contrato por esta empresa, Sr. GENESIS GONSALVES DA SILVA, brasileiro, casado, de profissão Engenheiro Civil, portador do Documento de Identidade nº 4.818.274, inscrito no CNF nº 067.999.879-94, telefone celular (49) 99910-6614, residente na Avenida Aristeu Rodolfo, nº 2.555, bairro Bela Vista, cidade de Lages/SC, profissional habilitado como responsável técnico pela obra objeto deste edital, DECLARA, de conformidade com as suas atribuições perante a empresa, que se comprometerá em efetuar o devido Cadastro Nacional da Obra (CNO) de acordo com o projeto aprovado, com as normas técnicas e a legislação aplicáveis, assumindo a responsabilidade legal pela veracidade desta declaração.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Lages (SC), 25 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente DIEFERSON KELVER GONCALVES Data: 25/03/2024 23:25:06-0300 verifique em https://validar.iti.gov.br

Representante Legal: Dieferson Kelver Gonçalves

Razão Social:

DG Construtora Ltda.

CNPJ:

07.670.450/0001-30

















DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A INTERVENÇÃO

A empresa DG CONSTRUTORA LTDA., estabelecida na Rua João Severino Waltrick, nº 106, sala 01, bairro Centro, cidade Lages/SC, Cep 88.501-430, inscrita no CNPJ sob n.º 07.670.450/0001-30, neste ato representada pelo seu Sr. Dieferson Kelver Gonçalves, no uso de suas atribuições legais, infra assinado, e para os fins do Edital de Concorrência Pública nº 01/2024, DECLARA, expressamente, sob as penalidades cabíveis, tem pleno conhecimento de todas as exigências relacionadas à execução dos serviços objeto do referido Edital de Concorrência Pública nº 01/2024, que conhece as condições dos locais para execução do objeto, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Administração Pública.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade, e que expedir-se-á a ART da totalidade da obra.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.



Lages (SC), 25 de março de 2024.

Representante Legal: Dieferson Kelver Gonçalves

Razão Social:

DG Construtora Ltda.

CNPJ:

07.670.450/0001-30

















DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa **DG CONSTRUTORA LTDA.**, estabelecida na Rua João Severino Waltrick, nº 106, sala 01, bairro Centro, cidade Lages/SC, Cep 88.501-430, inscrita no CNPJ sob n.º 07.670.450/0001-30, neste ato representada pelo seu Sr. Dieferson Kelver Gonçalves, no uso de suas atribuições legais:

- DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação;
- 2) DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021.
- 3) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do 2.3§ 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de

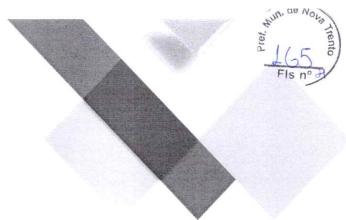












16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho;

- 4) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 5) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;
- 6) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.
- 7) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.
- 8) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em Lei e noutras normas específicas.
- 9) DECLARA, também, que suas propostas econômicas, compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados







2





na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Lages (SC), 25 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente

DIEFERSON KELVER GONCALVES
Data: 25/03/2024 23:13:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Representante Legal: Dieferson Kelver Gonçalves

Razão Social:

DG Construtora Ltda.

CNPJ:

07.670.450/0001-30







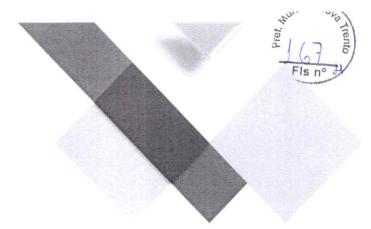






3





DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO E EQUIPAMENTOS

A empresa DG CONSTRUTORA LTDA., estabelecida na Rua João Severino Waltrick, nº 106, sala 01, bairro Centro, cidade Lages/SC, Cep 88.501-430, inscrita no CNPJ sob n.º 07.670.450/0001-30, neste ato representada pelo seu Sr. Dieferson Kelver Gonçalves, no uso de suas atribuições legais, infra assinado, e para os fins do Edital de Concorrência Pública nº 01/2024, DECLARA, expressamente, em atendimento ao Item 13.13.1 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024, declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa dispõe ou disporá de pessoal técnico e equipamentos, conforme exigido no presente Edital e também que não haverá qualquer tipo de paralisação durante a execução dos serviços pela falta dos mesmos.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Lages (SC), 25 de março de 2024.



Representante Legal: Dieferson Kelver Gonçalves

Razão Social:

DG Construtora Ltda.

CNPJ:

07.670.450/0001-30





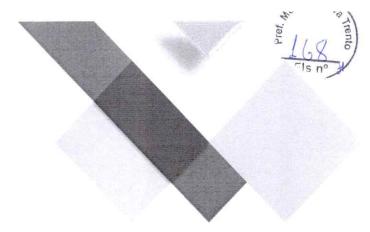












DECLARAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA

A empresa DG CONSTRUTORA LTDA., estabelecida na Rua João Severino Waltrick, nº 106, sala 01, bairro Centro, cidade Lages/SC, Cep 88.501-430, inscrita no CNPJ sob n.º 07.670.450/0001-30, neste ato representada pelo seu Sr. Dieferson Kelver Gonçalves, no uso de suas atribuições legais, infra assinado, e para os fins do Edital de Concorrência Pública nº 01/2024, DECLARA, expressamente, em atendimento ao Item 13.13.6 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024, declaramos, sob as penas da Lei, que a Contratada, ao final da obra entregará o termo de garantia com respectivo prazo de no mínimo de 05 (cinco) anos para os serviços contratados que deverá correr a partir da data do Termo de Recebimento da Obra Definitivo, emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Engenheiro Fiscal do Contrato, assumindo a responsabilidade legal pela veracidade desta declaração.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Lages (SC), 25 de março de 2024.



Representante Legal: Dieferson Kelver Gonçalves

Razão Social:

DG Construtora Ltda.

CNPJ:

07.670.450/0001-30



















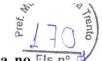
TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - LICITANTE

Razão Social: DG CONSTRUTORA LTDA	
Endereço: R JOAO SEVERIANO WALTRICK	
Complemento: SALA 01	Bairro: CENTRO
Cidade: LAGES	UF: SC
CEP: 88.501-430	CNPJ: 07.670.450/0001-30
Telefone Comercial: (49)8854-0679	Inscrição Estadual: ISENTO
ME/EPP: Sim	
Representante Legal: DIEFERSON KELVER GOLÇALVES	RG: 5777256
Email: suporte@solidlicitacoes.com.br	CPF: 082.042.499-42
Resp. Financeiro: Dieferson Kelver Golçalves	
E-mail Financeiro: suporte@solidlicitacoes.com.br	

Por meio do presente Termo, o Representante Legal do Licitante especificado acima concorda com o Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras, do qual declara ter pleno conhecimento e está em conformidade com as disposições que seguem:

1. São responsabilidades do Licitante:

- Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- IV. Designar Representante Legal como responsável perante a Bolsa Nacional de Compras; e
- V. Pagar taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.



- 2. O Licitante reconhece que a utilização do Sistema Eletrônico de Licitação implica no Fisipagamento de taxas de utilização, conforme regras previstas no Anexo III do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.
- 3. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do Regulamento.
- 4. O presente Termo de Adesão é válido por termo indeterminado, podendo ser rescindido ou revogado a qualquer tempo pelo Licitante, mediante comunicação expressa.
- 5. A rescisão do presente Termo não isenta o Licitante de quaisquer ônus devidos à BNC referentes ao seu período válido.
- 6. A BNC Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002 que permite a cobrança pela utilização de serviços de tecnologia da informação disponibilizados, bem como suas manutenções e melhorias, e suporte aos usuários quanto a ferramentas e informações relacionadas.
- 7. Pela utilização dos produtos e serviços mencionados, a BNC apresenta os seguintes planos de cobrança:

Plano	Nome	Descrição
A	POR PARTICIPAÇÃO	O Licitante terá o valor do plano cobrado para cada proposta cadastrada no processo licitatório escolhido. Onde uma vez cadastrada a proposta não é possível realizar o cancelamento do boleto de participação única, salvo caso de excluir a proposta antes do fim do recebimento de proposta. O boleto para pagamento é liberado logo após a fase de disputa, e deve ser emitido pelo login do representante legal da empresa. O vencimento é sempre 2 dias corridos após a fase de habilitação. A não participação efetiva no edital não anula a cobrança, pois a cobrança é referente a utilização da plataforma e não pela participação na fase de lances.
В	PERÍODO MENSAL	O Licitante tem direito a participar de processos licitatórios por 1 (um) mês assim que realizar a aplicação do plano. Ao gerar o plano, a cobrança é efetivada. Não sendo possível cancelar o boleto.
C	PERÍODO TRIMESTRAL	O Licitante tem direito a participar de processos licitatórios por 3 (três) meses assim que realizar a aplicação do plano. Ao gerar o plano, a cobrança é efetivada. Não sendo possível cancelar o boleto.

- 8. A escolha dos planos se dá por ação do usuário no Sistema, na tela de Configurações de Planoe Cobrança, selecionando o plano desejado e confirmando a opção. O ação só pode ser realizada pelo usuário Representante Legal da empresa Licitante, após autenticação por login e senha previamente cadastrados.
- 9. O valores são apresentados pelo Sistema na tela de escolha dos planos. A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio, apresentando uma nova tabela de cobrança.
- 10. O não pagamento das cobranças mencionadas acima sujeitam o Licitante ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BNC, além da automática desativação do Licitante e todos os seus acessos.
- 11. Os planos B e C tem opção de renovação automática.
- 12. A liberação de acesso ao sistema se dará mediante:
 - I. Validação de documentação anexada ao sistema, com reconhecimento de firma ou assinatura digital do representante legal da empresa e procurações (se necessário);
 - II. Em caso de escolha de plano por período, deverá ser confirmado seu pagamento pela BNC. Esta verificação pode ser feita por meio do envio de comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br;
 - III. A liberação ocorrerá em até 24 horas;
 - IV. Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.
 - V. A documentação exigida pela BNC é para fins de cadastro na plataforma e não aos processos licitatórios.

LAGES, 23 de Março de 2024

Dieferson Kelver Goncalves
Dieferson Kelver Goncalves
Data: 23/03/2024 19:36:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DIEFERSON KELVER GOLÇALVES



DG CONSTRUTORA LTDA CNPJ nº 07.670.450/0001-30

9ªALTERAÇÃO CONTRATUAL

RENATA VELHO DA COSTA, nacionalidade Brasileira, nascida em 22/03/1996, Solteira, Auxiliar de escritório, CPF nº 081.495.249-67, carteira de identidade nº 4510415, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) rua Alberto Pasqualini, 338, Conta Dinheiro, Lages, SC, CEP 88520050, Brasil.

DIEFERSON KELVER GONCALVES, nacionalidade Brasileira, nascido em 30/01/1991, Solteiro, Construtor, CPF nº 082.042.499-42, carteira de identidade nº 5777256, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Alberto Pasqualini, 338, Conta Dinheiro, Lages, SC, CEP 88520050, Brasil.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **DG CONSTRUTORA LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42205616474, com sede Rua Joao Severiano Waltrick, 106, Sala:01, Centro Lages, SC, CEP 88501430, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 07.670.450/0001-30, deliberam de pleno e comum acordo alterar e consolidar o presente Contrato Social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital social que era no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) totalmente integralizado anteriormente em moeda corrente do País por não ser mais compatível com o objeto é reduzido para o valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil Reais), dividido em 350.000 (Trezentas e cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País e em móveis e equipamentos, subscritas pelos sócios, a saber:

R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) em moeda corrente do País; R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais) em móveis e equipamentos, conforme relação abaixo:

Móveis e equipamentos	Quantidade	Valor Unit.	Valor total
Pá torto de bico 224mm com cabo 77416/024	20	64,00	1.280,00
Pá reto de bico 224mm com cabo 77416/024 Tramontina	15	54,00	810,00
Cavadeira Articulada Com Cabo De Madeira 1,10m Tramontina	12	78,00	936,00
Enxada Larga Goivada 2.0 Libras com Cabo	20	20,00	400,00
Régua de Aluminio 1,5 M, 45mm x 20,5mm x 1500mm	39	22,00	858,00
Alavanca 400 mm	8	280,00	2.240,00
Pé de Cabra 600 mm tramontina	12	42,00	504,00



14/02/2024



Martelo de Unha 34 mm	30	79,00	2.370,00
Marreta 5 kg	6	112,00	672,00
Marreta 2 kg	6	90,00	540,00
Marreta 1 kg	6	69,00	414,00
Alicate Torquês Carpinteiro 8 Tramontina 20cm	12	170	2.040,00
Jogo de Chave Inglesa tamanhos diversos	5	220,00	1.100,00
Jogo de chave de cachimbo tamanho diversos	3	390,00	1.170,00
Alicate universal	8	10,00	80,00
Alicate de corte de ferro 18 polegadas	4	60,00	240,00
Dobradeira de mesa	4	75,00	300,00
Maquina de cortar ferro	4	50,00	200,00
Compactador de solo BFG 75 R	4	13.600,00	54.400,00
Martelo Bosh demolidor gsh 11 E	4	5.790,00	23.160,00
Betoneira 400L menegotti	3	4.389,00	13.167,00
Betoneira 150L menegotti	2	2.390,00	4.780,00
Betoneira 130L menegotti	2	2.190,00	4.380,00
Rompedor d. 2.28 bosch	4	1.144,00	4.576,00
Rompedor d. 2.24 bosch	3	899,00	2.697,00
Parafusadeira bosch	5	1.010,00	5.050,00
Furadeira bosch	2	725,00	1.450,00
Lixadeira makita angular	4	400,00	1.600,00
Lixadeira bosch GNS 30-180	2	2.696,00	5.392,00
Lixadeira bosch angular	2	459,00	918,00
Serra mármore bosch	5	469,00	2.345,00
Serra circular bosch	5	1.600,00	8.000,00
Serra de mesa DWT	2	1.282,00	2.564,00
Máquina de pintura airless vonder	1	2.919,00	2.919,00
Pleina elétrica bosch	4	599,00	2.396,00
Nível a laser skill	3	939,00	2.817,00





		T	
Trena laser bosch	3	489,00	1.467,00
Lixadeira de teto/parede vonder	2	1.600,00	3.200,00
Carrinho de mão tramontina	15	600,00	9.000,00
Talha elétrica 3ton. 380 nagano	1	7.050,00	7.050,00
Riscadeira cortag m 120	7	1.850,00	12.950,00
Lixadeira treme treme	3	430,00	1.290,00
Trado gasolina still	3	1.287,00	3.861,00
Roçadeira gasolina still	2	3.099,00	6.198,00
Motosserra still	1	5.759,00	5.759,00
Mesa de reunião	2	3.500,00	7.000,00
Cadeira de escritório	19	80,00	1.520,00
Projetor	1	6.300,00	6.300,00
Armario/balcão	7	200,00	1.400,00
Ar condicionado	1	4.500,00	4.500,00
Quadro	2	320,00	640,00
Notebook	2	4.600,00	9.200,00
Computador	3	4.700,00	14.100,00
Impressora	1	1.350,00	1.350,00
Bebedouro	1	1.700,00	1.700,00
Poltrona	3	750,00	2.250,00
Telefone	5	240,00	1.200,00
Mesa p/ atendimento	4	800,00	3.200,00
Organizador de arquivo	1	2.300,00	2.300,00
Cofre	1	9.000,00	9.000,00
Pia de banheiro c/ mármore	3	3.300,00	9.900,00
Vaso Sanitário	3	800,00	2.400,00
Espelho	3	600,00	1.800,00
Jogo de cozinha	1	6.000,00	6.000,00
Geladeira	1	4.500,00	4.500,00





Sofá 2 lugares Total	1	0.800,00	310.000,00
S-C 21.	1	6.800,00	6.800,00
Cafeteira philco BCF 14	1	1.200,00	1.200,00
Microondas	1	2.200,00	2.200,00

No quadro social ficam assim distribuído:

Sócios	Quotas	Valor em R\$
DIEFERSON KELVER GONCALVES	346.500	R\$ 346.500,00
RENATA VELHO DA COSTA	3.500	R\$ 3.500,00
Total	350.000	R\$ 350.000,00

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA.O objeto social será: Obras de alvenaria construção de edificios instalação de maquinas e equipamentos industriais, coleta de resíduos não perigosos, construção de rodovias e ferrovias, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, obras de urbanização ruas, praças e calcadas, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, construção de estações e redes de telecomunicações, construção de redes de abastecimento de agua, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, obras portuárias, marítimas e fluviais, montagem de estruturas metálicas, obras de montagem industrial, outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, demolição de edifícios e serviços de perfurações e sondagens, obras de terraplenagem instalação e manutenção elétrica, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, instalações de sistema de prevenção contra incêndio instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente, impermeabilização em obras de engenharia civil obras de acabamento em gesso e estuque, serviços de pintura de edificios em geral, aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores, outras de acabamento da construção, obras de fundações, administração de obras, montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias, serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras perfuração e construção de poços de agua serviços especializados para construção não especificados anteriormente, representantes comerciais e agentes do comercio de madeira, material de construção e ferragens, comercio varejista de material elétrico, comercio varejista de materiais de construção em geral, comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, serviços de arquitetura, serviços de engenharia, serviços de cartografía, topografia e geodesia, atividades de estudos geológicos, serviços de desenho técnico relacionados a arquitetura e engenharia, serviços de perícia técnica relacionados a segurança do trabalho, atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente, testes e análises técnicas, design de interiores, locação de automóveis sem condutor, aluguel de maquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes atividades paisagísticas, outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas.





CLÁUSULA SEGUNDA. Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA

DG CONSTRUTORA LTDA

Cláusula Primeira:

A sociedade usa o nome empresarial DG CONSTRUTORA LTDA.

Cláusula Segunda:

A sociedade tem sua sede social localizada à Rua João Severiano Waltrick, 106, Sala 01, Bairro Centro, Lages/SC, CEP: 88.501-430.

Cláusula Terceira:

A sociedade poderá abrir filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou exterior, bem como participar de outras sociedades afins ou não.

Cláusula Quarta:

O objeto social é: Obras de alvenaria construção de edificios instalação de maquinas e equipamentos industriais, coleta de resíduos não perigosos, construção de rodovias e ferrovias, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, obras de urbanização ruas, praças e calcadas, construção de estacoes e redes de distribuição de energia elétrica, construção de estacoes e redes de telecomunicações, construção de redes de abastecimento de agua, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, obras portuárias, marítimas e fluviais, montagem de estruturas metálicas, obras de montagem industrial, outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, demolição de edifícios e serviços de perfurações e sondagens, obras de terraplenagem instalação e manutenção elétrica, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, instalações de sistema de prevenção contra incêndio instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente, impermeabilização em obras de engenharia civil obras de acabamento em gesso e estuque, serviços de pintura de edificios em geral, aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores, outras de acabamento da construção, obras de fundações, administração de obras, montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias, serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras perfuração e construção de poços de agua serviços especializados para construção não especificados anteriormente, representantes comerciais e agentes do comercio de madeira, material de construção e ferragens, comercio varejista de material elétrico, comercio varejista de materiais de construção em geral, comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, serviços de arquitetura, serviços de engenharia, serviços de cartografia, topografia e geodesia, atividades de estudos geológicos, serviços de desenho técnico relacionados a arquitetura e engenharia,



14/02/2024



serviços de perícia técnica relacionados a segurança do trabalho, atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente, testes e analises técnicas, design de interiores, locação de automóveis sem condutor, aluguel de maquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes atividades paisagísticas, outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas.

Cláusula Quinta:

A sociedade iniciou suas atividades em 29 de junho de 2017 e seu prazo de duração será indeterminado.

Cláusula Sexta:

O capital social é de de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil Reais), dividido em 350.000 (Trezentas e cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real, em moeda corrente do País e em móveis e equipamentos, subscritas pelos sócios, a saber:

R\$ 40.0,000 (Quarenta mil reais) em moeda corrente do País; R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais) em móveis e equipamentos, conforme relação

Móveis e equipamentos	Quantidade	Valor unit.	Valor total
Pá torto de bico 224mm com cabo 77416/024 Tramontina	20	64,00	1.280,00
Pá reto de bico 224mm com cabo 77416/024 Tramontina	15	54,00	810,00
Cavadeira Articulada Com Cabo De Madeira 1,10m Tramontina	12	78,00	936,00
Enxada Larga Goivada 2.0 Libras com Cabo	20	20,00	400,00
Régua de Aluminio 1,5 M, 45mm x 20,5mm x 1500mm	39	22,00	858,00
Alavanca 400 mm	8	280,00	2.240,00
Pé de Cabra 600 mm tramontina	12	42,00	504,00
Martelo de Unha 34 mm	30	79,00	2.370,00
Marreta 5 kg	6	112,00	672,00
Marreta 2 kg	6	90,00	540,00
Marreta 1 kg	6	69,00	414,00
Alicate Torquês Carpinteiro 8 Tramontina 20cm Eletrostático	12	170	2.040,00
Jogo de Chave Inglesa tamanhos diversos	5	220,00	1.100,00
Jogo de chave de cachimbo tamanho diversos	3	390,00	1.170,00
Alicate universal	8	10,00	80,00
Alicate de corte de ferro 18 polegadas	4	60,00	240,00
Dobradeira de mesa	4	75,00	300,00
Maquina de cortar ferro	4	50,00	200,00



14/02/2024



Compactador de solo BFG 75 R	4	13.600,00	54.400,00
Martelo Bosh demolidor gsh 11 E	4	5.790,00	23.160,00
Betoneira 400L menegotti	3	4.389,00	13.167,00
Betoneira 150L menegotti	2	2.390,00	4.780,00
Betoneira 130L menegotti	2	2.190,00	4.380,00
Rompedor d. 2.28 bosch	4	1.144,00	4.576,00
Rompedor d. 2.24 bosch	3	899,00	2.697,00
Parafusadeira bosch	5	1.010,00	5.050,00
Furadeira bosch	2	725,00	1.450,00
Lixadeira makita angular	4	400,00	1.600,00
Lixadeira bosch GNS 30-180	2	2.696,00	5.392,00
Lixadeira bosch angular	2	459,00	918,00
Serra mármore bosch	5	469,00	2.345,00
Serra circular bosch	5	1.600,00	8.000,00
Serra de mesa DWT	2	1.282,00	2.564,00
Máquina de pintura airless vonder	i	2.919,00	2.919,00
Pleina elétrica bosch	4	599,00	2.396,00
Nivel a laser skill	3	939,00	2.817,00
Trena laser bosch	3	489,00	1.467,00
Lixadeira de teto/parede vonder	2	1.600,00	3.200,00
Carrinho de mão tramontina	15	600,00	9.000,00
Talha elétrica 3ton. 380 nagano	1	7.050,00	7.050,00
Riscadeira cortag m 120	7	1.850,00	12.950,00
Lixadeira treme treme	3	430,00	1.290,00
Trado gasolina still	3	1.287,00	3.861,00
Rocadeira gasolina still	2		
the state of the s	1	3.099,00	6.198,00
Motosserra still Mesa de reunião	2	5.759,00	5.759,00
Cadeira de escritório	19	3.500,00 80,00	7.000,00
Projetor	1	6.300,00	6.300,00





	7		
Armario/balcão	7	200,00	1.400,00
Ar condicionado	1	4.500,00	4.500,00
Quadro	2	320,00	640,00
Notebook	2	4.600,00	9.200,00
Computador	3	4.700,00	14.100,00
Impressora	1	1.350,00	1.350,00
Bebedouro	1	1.700,00	1.700,00
Poltrona	3	750,00	2.250,00
Telefone	5	240,00	1.200,00
Mesa p/ atendimento	4	800,00	3.200,00
Organizador de arquivo	1	2.300,00	2.300,00
Cofre	1	9.000,00	9.000,00
Pia de banheiro c/ mármore	3	3.300,00	9.900,00
Vaso Sanitário	3	800,00	2.400,00
Espelho	3	600,00	1.800,00
Jogo de cozinha	1	6.000,00	6.000,00
Geladeira	1	4.500,00	4.500,00
Microondas	1	2.200,00	2.200,00
Cafeteira philco BCF 14	1	1.200,00	1.200,00
Sofă 2 lugares	1	6.800,00	6.800,00
TOTAL			310.000,00

Sócios	Quotas	Valor em R\$
DIEFERSON KELVER GONCALVES	346.500	R\$ 346.500,00
RENATA VELHO DA COSTA	3.500	R\$ 3.500,00
Total	350.000	R\$ 350.000,00

Cláusula Sétima:

As quotas do capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser transferidas, alienadas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, a terceiros, sem o consentimento expresso dos sócios que representam a maioria absoluta do capital social, assegurando o direito de preferência aos demais sócios, em igualdade de condições.





Cláusula Oitava:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, apenas respondendo solidariamente pela integralização do capital.

Cláusula Nona:

A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE ao Sócio DIEFERSON KELVER GONCALVES, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

Parágrafo Segundo: A título de PRÓ-LABORE o administrador poderá retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado de comum acordo entre os sócios.

Cláusula Décima:

O exercício social terminará em 31 de dezembro, ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações.

Parágrafo Primeiro: Em reunião anual de sócios, quando não dispensada pela legislação vigente, será decidido o destino dos resultados do exercício, a participação nos lucros, bem como a constituição de reservas de lucros e a sua reversão.

Parágrafo Segundo: O lucro líquido, apurado em balanço anual ou mensal, poderá ser distribuído ou não, a critério dos sócios e da situação financeira e patrimonial da sociedade. Em havendo a distribuição, os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, poderão ser partilhados entre os sócios de forma em moeda corrente nacional.

Parágrafo Terceiro: Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes. No caso de inexistência de lucros suficientes para absorção total do prejuízo, este será suportado pelos sócios na proporção de suas participações no capital social.

Cláusula Décima Primeira:

A reunião da sociedade poderá ser convocada por qualquer dos sócios, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente, mediante a expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para o endereço dos sócios, para esse fim.

Parágrafo Primeiro: Ficam dispensadas as formalidades de convocação para reunião previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.





Parágrafo Segundo: Torna-se dispensável a reunião por determinação legal ou quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação.

Parágrafo Terceiro: Porém, em sendo necessária a realização de reunião, as deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas mediante quorum de instalação que será a maioria absoluta do capital social, quorum este que também se aplica a nomeação do administrador, porém, para a alienação do estabelecimento comercial, cisão, fusão, transformação, liquidação ou dissolução o quorum deliberativo será, então, de três quartos dos votos dos quotistas.

Cláusula Décima Segunda:

O falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com o sócio remanescente ou herdeiros do sócio falecido. Caso o(s) herdeiro(s) do sócio falecido não pretenda(m) integrar-se a Sociedade, então, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) providenciar(em) a produção de balanço especial e apuração do patrimônio líquido para pagamento dos haveres do sócio falecido, conforme o disposto na Cláusula Décima Quinta.

Cláusula Décima Terceira:

O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não existe(m) impedimento(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta:

Os sócios poderão retirar-se da sociedade, pela vontade unilateral, a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, ou outros fatores estranhos à alteração contratual.

Parágrafo Único: O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária, poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da Cláusula seguinte.

Cláusula Décima Quinta:

Os haveres dos sócios retirantes serão pagos mediante a elaboração de balanço especialmente levantado onde o valor da sua quota será considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidando-a com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução.

Parágrafo Primeiro: A quota liquidada será paga em 12 parcelas mensais e consecutivas. Parágrafo Segundo: No prazo de 30 (trinta) dias, será levantado o balanço especial da sociedade previsto no "caput" desta cláusula, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera-se como data do evento: a) a data da notificação feita por sócio



14/02/2024



dissidente de alteração contratual; b) a data de requerimento do sócio retirante voluntário pelo fim da afeição societária.

Parágrafo Terceiro: O Balanço especial de que trata esta cláusula será elaborado por profissional devidamente habilitado.

Cláusula Décima Sexta:

Dependem de deliberação e concordância dos sócios:

- a) A aprovação das contas da administração;
- b) A exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio;
- c) A designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio;
- d) A destituição dos administradores;
- e) O modo e o valor da remuneração dos administradores;
- f) A participação dos administradores e dos empregados nos lucros;
- g) A modificação do contrato social;
- h) A transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação, resolução, dissolução e liquidação da sociedade empresarial;
- i) A nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
- j) Recuperação judicial;
- k) Investimento em outras empresas, coligadas ou controladas;
- 1) Aumento de capital com bens ou moeda corrente:
- m) Aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

Cláusula Décima Sétima:

A sociedade por deliberação da reunião dos sócios poderá:

- a) transformar- se em outro tipo social;
- b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
- c) fundir-se com outra sociedade;
- d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades. extinguindo-se caso a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

Parágrafo Único: Para tanto é necessário a aprovação de três quartos dos quotistas presentes na reunião, instalada nos moldes do art. 1074 e seguintes do Código Civil, bem como a elaboração de laudo de avaliação por profissional habilitado, que será nomeado na reunião, e que deverá observar os critérios do balanço especial, constantes da Cláusula Décima Quinta, protocolo e justificativas elaboradas nos moldes da lei.

Cláusula Décima Oitava:

A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha, nas hipóteses previstas no Art. 1.033 CC.

Parágrafo Único: Em todas as hipóteses de dissolução, a reunião, por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observados os termos do art. 1102 e seguintes do Código Civil Brasileiro, arbitrando os seus honorários e fixando data de encerramento do processo liquidatário.





Cláusula Décima Nona:

Os sócios subscritores das quotas do capital social declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

Cláusula Vigésima:

Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único: A responsabilidade quanto à informação oportuna de alterações desses endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-la por escrito.

Cláusula Vigésima Primeira:

Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Cláusula Vigésima Segunda:

Fica eleito o foro da comarca de LAGES/SC, para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Cláusula Vigésima Terceira:

As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas e não reguladas pelo presente contrato serão supridas ou resolvidas com base nas disposições do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10406 de 10 de janeiro de 2002, supletivamente pela lei das sociedades anônimas e pela legislação pertinente em vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

Lages/SC, 08 de fevereiro de 2024.

DIEFERSON KELVER GONCALVES

Sócio Administrador

RENATA VELHO DA COSTA

Sócia



14/02/2024







TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	DG CONSTRUTORA LTDA
PROTOCOLO	246246022 - 18/01/2024
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42205616474 CNPJ 07.670.450/0001-30 CERTIFICO O REGISTRO EM 14/02/2024 SOB N: 20246246022

EVENTOS
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20246246022

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 08149524967 - RENATA VELHO DA COSTA - Assinado em 13/02/2024 às 18:08:33

Cpf: 08204249942 - DIEFERSON KELVER GONCALVES - Assinado em 13/02/2024 às 09:28:43





PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES



Secretaria Municipal da Administração e Fazenda ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

2024

Concedido à

DG CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 07.670.450/0001-30

Para estabelecer na

Rua JOAO SEVERIANO WALTRICK, 106 - Compl. SALA 01 - Bairro CENTRO - CEP: 88501430

Atividade

4120400 - Construção de edifícios

Instalação de máquinas e equipamentos industriais

Coleta de resíduos nãoperigosos

Construção de rodovias e ferrovias

Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos

Obras de urbanização ruas, praças e calçadas

Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica

C.M.C. Nr.	CNPJ/CPF	Cód. Atividade	Validade	Data de Emissão	Data de Abertura	Horário Permitido
116623	07.670.450/0001-30	4120400	28/02/2025	23/03/2024	10/10/2017	NORMAL

IMPORTANTE!

- O Alvará somente terá validade se apresentado em conjunto com o Alvará Sanitário e o atestado de vistoria do corpo de bombeiros. (Salvo Alvarás com endereços para correspondencias)

Senhor(a) Empreendedor(a),

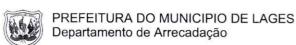
Cordiais saudações,

Agradecemos sua confiança ao investir em nosso Município, assim como desejamos o seu sucesso e a concretização dos seus planos de progresso e prosperidade. Permitanos lembrá-lo de algumas ORIENTAÇÕES a serem cumpridas:

- a) O Alvará de Localização e Funcionamento é o documento que licencia o funcionamento do Estabelecimento, por isso ele deverá ser fixado em lugar visível aos seus clientes, podendo ser cassado a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão, ou quando o responsável pelo estabelecimento, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as intimações expedidas pela Prefeitura. (Parágrafo 5, art. 39, Lei n 721/83 CTM). Não se esqueça de observar o prazo de validade;
- b) O pagamento da Taxa de Fiscalização, de Localização e Funcionamento (TFLF) é anual e obrigatória, a não ser nos casos de isenção previstos na Legislação Municipal. A guia par apagamento pode ser retirada diretamente no site www.lages.sc.gov.br ou http://fiscalizacao.lages.sc.gov.br/servicos.php . Em caso de dúvida, consulte o nosso setor de atendimento;
 - Cálculo para Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento, de acordo com os custos da prestação de serviços, conforme Lei Complementarn Nº 564/2019 ância Artigo 39 da Lei 721/83 e alterado conforme Artigo 9 da Lei 1740/91.
- d) Qualquer alteração da razão social(nome) da empresa, de suas atividades ou endereço deverá ser comunicado à Diretoria de Fiscalização Tributária para que seja efetuada a alteração do cadastro municipal;
- e) Da mesma forma, havendo a suspensão ou encerramento das atividades, a Diretoria de Fiscalização Tributária deverá ser informada para que sejam efetuados os procedimentos de baixa do Cadastro Municipal de Contribuintes, evitando assim o lançamento de tributos.
- f) Lembramos também que a Nota Fiscal Eletrônica deve sempre ser emitida na prestação de serviço, assim como, as declarações no Livro Eletrônico devem ser realizadas mensalmente. A falta de emissão da Nota Fiscal e/ou envio das declarações do Livro Eletrônico são passíveis de multa conforme Lei Complementar 201/2003.

Cumprindo essas simples orientações você está de acordo com a legislação municipal e evitará incômodos resultantes de ações fiscais que poderão resultar em autuações e penalidades.

A Diretoria de Fiscalização Tributária Rua Presidente Nereu Ramos, 73 Centro - Ed. Centenário Tefefone: 3019-7456



CEDENTE	20.041.1811		14050 7				AGÊNCIA/CODIGO CEDENTE	007 7/700400
DATA DO DOCUMENTO		CIPIO DE I	LAGES - I		- ISCALIZAÇAC T ACEITE	, LOCALIZAÇÃO E	NOSSO NÚMERO	307-7/762428
23/03/2024		94783		RNÊ	N N	23/03/2024	NOSSO NUMERO	15594783
PARCELA 1	CARTEIRA	MOEDA Fixo	есономісо 116	623	ALIQUOTA %	VALOR X	VALOR À PAGAR	23,4
NSTRUÇÕES (TEXT VENCIMENTO ORIG			ADE DO CEI	DENTE)			(-) DESCONTO	0,0
RECEITA TAXA DE FISCALIZAÇÃ FUNCIONAMENTO	ÃO, LOCALIZ	AÇÃO E	VALOR R\$ 9,84 8,26	Após o vcto	cobrar: Correção Mone	tária acumulo do IGPM,	(+) CORREÇÃO MONETÁRIA	0,0
SERV. DA VIGILÂNCIA SERV. DA SEGURANÇ			5,34	Multa de 2%	e Juros de 1% ao mês		(+) ACRÉSCIMOS	0,9
							(=) VALOR TOTAL	
								24,40



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





Secretaría da Micro e Pequena Empresa Secretaría de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	DG CONSTRUTOR	A LTDA		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPR	ESÁRIA LIMITADA		
NIRE(sede) 42205616474		CNPJ	Arquivamento do ato Constituitivo	Inicio da atividade
		07.670.450/0001-30	29/06/2017	29/06/2017

OBJETO SOCIAL

BRAS DE ALVENARIA CONSTRUCAO DE EDIFICIOS INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, COLETA DE SIDUOS NAO PERIGOSOS, CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS, PINTURA PARA SINALIZACAO JDOVIARIAS E AEROPORTOS, OBRAS DE URBANIZACAO RUAS, PRACAS E CALCADAS, CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA, CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS, OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL, OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, DEMOLICAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE PERFURAÇÕES E SONDAGENS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA, INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS, INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERAÇÃO, INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO MANUTENCAO E REPARACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, INSTALAÇÃO. MONTAGEM SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO VIAS **INSTALACAO** EM PUBLICAS. AEROPORTOS. **OUTRAS OBRAS** DE **INSTALACOES** CONSTRUCOES **ESPECIFICADAS** EM NAO ANTERIORMENTE IMPERMEABILIZACAO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE, SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL, APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES, ACABAMENTO DA CONSTRUCAO, OBRAS DE FUNDACOES, ADMINISTRACAO DE OBRAS, MONTAGEM OUTRAS DE DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS, SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS PERFURAÇÃO E POCOS **ESPECIALIZADOS** PARA CONSTRUCAO DE DE AGUA **SERVICOS** CONSTRUCAO **ESPECIFICADOS** NAO ANTERIORMENTE, REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MADEIRA, MATERIAL DE CONSTRUCAO E FERRAGENS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, SERVICOS DE ARQUITETURA, SERVICOS DE ENGENHARIA, SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA, **ATIVIDADES** ESTUDOS GEOLOGICOS, SERVICOS DE DESENHO TECNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA, SERVICOS RELACIONADOS PERICIA TECNICA A SEGURANCA DO TRABALHO. ATIVIDADES **TECNICAS** RELACIONADAS GENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, **TESTES** Ε ANALISES TECNICAS. ERIORES, LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO

PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS

CAPITAL SOCIAL

PORTE

PRAZO DE DURAÇÃO

R\$ 350.000,00

TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS

Empresa de pequeno porte

XXXXXX

R\$ Capital integralizado:
350.000,00

TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS

OUTRAS ATIVIDADES DE

EXCETO ANDAIMES ATIVIDADES PAISAGISTICAS,

página: 1/2

SERVICOS PRESTADOS

244987076

OPERADOR.





Secretaría da Micro e Pequena Empresa Secretaría de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: DG CONSTRU	TORA LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE E	MPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constituitivo	Inicio da atividade	
42205616474	07.670.450/0001-30	29/06/2017	29/06/2017	
Endereço: RUA JOAO SEVERIANO WALTRICK	K, 106 SALA:01, CENTRO, LAGES, SC -	CEP: 88501430		
	QUADRO SOCIOS E A	DMINISTRADORES		
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato	
NATA VELHO DA COSTA 081.495.249-67	3.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX	
DIEFERSON KELVER GONCALVES 082.042.499-42	346.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX	
DIEFERSON KELVER GONCALVES 082.042.499-42	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX	
ÚLTIMO ARC	QUIVAMENTO	SITUAÇÃO	STATUS	
Data Número 4/02/2024 20246246022		REGISTRO ATIVO	SEM STATUS	
Ato: 002 - ALTERAÇÃO Evento: 051 - CONSOLIDACAO D	DE CONTRATO/ESTATUTO			
	FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FED	ERAÇÃO OU FORA DELA		
NIRE: XXXXXX Endereço: XXXXXX	CNPJ: XXXXXX			
	Ohear	vação		

FLORIANOPOLIS - SC, 25 de Março de 2024

LUCIANO LEITE KOWALSKI

página: 2/2

244987076





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social):

DG CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/CPF:

07.670.450/0001-30

(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: Número da certidão: Lei nº 3938/66, Art. 154

Data de emissão:

230140323879841 30/10/2023 00:34:35

Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):

27/04/2024

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Assinado





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DG CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 07.670.450/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 02:23:13 do dia 07/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/08/2024.

Código de controle da certidão: 101B.86DB.BA9E.F8EE Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

07.670.450/0001-30

Razão Social:

DG CONSTRUTORA LTDA

Endereço:

R BENJAMIN CONSTANT 1316 / COPACABANA / LAGES / SC / 88504-201

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:20/03/2024 a 18/04/2024

Certificação Número: 2024032019365219625416

Informação obtida em 23/03/2024 20:02:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social	
DG CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 07670450000130	
Aviso	
Sem débitos pendentes até a presente data.	
Comprovação Junto à	Finalidade
Mensagem	
caracterizada. A Fazenda Municipal se reserva o direito de mesmo se referentes a períodos compreendido. Esta certidão NÃO É VALIDA para comprovar: A quitação de tributos devidos mensalmente	e e declarados na Declaração Anual de Simples ocumento de Arrecadação do Simples Nacional
Código de Controle	
CWPICMVTXUTE6I41	

Lages (SC), 20 de Outubro de 2023

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DG CONSTRUTORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.670.450/0001-30 Certidão n°: 19874714/2024

Expedição: 23/03/2024, às 19:56:23

Validade: 19/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **DG CONSTRUTORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.670.450/0001-30**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



un. de Note Número do pedido: 1934577 FOLHA: 1/1

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 1934577 Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, NÃO CONSTAM em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL contra:

NOME: DG CONSTRUTORA LTDA.

Raiz do CNPJ: 07.670.450 País endereco da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA Município endereço da sede : LAGES Endereço da sede : R JOAO SEVERIANO WALTRICK, 106, SALA 01,

Certidão emitida às 20:31 de 23/03/2024.

- a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.
- b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

about:blank

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.670.450/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS		SITUAÇÃO	05/10/2005	4
NOME EMPRESARIAL DG CONSTRUTORA LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOM DG CONSTRUTORA	E DE FANTASIA)				PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 41.20-4-00 - Construção de e					
38.11-4-00 - Coleta de residur 42.11-1-01 - Construção de ro 42.11-1-02 - Pintura para sina 42.13-8-00 - Obras de urbania 42.21-9-02 - Construção de e 42.21-9-04 - Construção de ro irrigação 42.91-0-00 - Obras portuárias 42.92-8-01 - Montagem de es 42.92-8-02 - Obras de monta 42.99-5-99 - Outras obras de 43.11-8-01 - Demolição de ed 43.12-6-00 - Perfurações e so 43.13-4-00 - Obras de terraple 43.22-3-01 - Instalações hidrá 43.22-3-02 - Instalações hidrá 43.22-3-03 - Instalações de si	equinas e equipamentos industria os não-perigosos odovias e ferrovias alização en pistas rodoviárias e a zação - ruas, praças e calçadas stações e redes de distribuição destações e redes de telecomunica edes de abastecimento de água, o se marítimas e fluviais truturas metálicas gem industrial engenharia civil não especificada ifícios e outras estruturas metálicas endagens enagem elétrica aulicas, sanitárias e de gás autenção de sistemas centrais de istema de prevenção contra incêntenção e reparação de elevadore	neroportos le energia elétri ções coleta de esgot as anteriorment ar condicionad	o e construções te lo, de ventilação		eto obras de
206-2 - Sociedade Empresári	a Limitada				
R JOAO SEVERIANO WALTRICK		NÚMERO 106	COMPLEMENTO SALA 01		
# 155 C 157 The same than the	RO/DISTRITO TRO	MUNICIPIO LAGES SC			
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIEFERSONKELVER@GMAIL.COM TELEFONE (49) 8854-0679		79			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (E *****	FR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CAD /10/2005	ASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ESP *****	ECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/03/2024 às 19:42:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/3





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

07.670.450/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INS	SCRIÇÃO E D ASTRAL	E SITUAÇÃ	DATA DE ABERTURA 05/10/2005
NOME EMPRESARIAL DG CONSTRUTORA LTDA				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDA 43.29-1-04 - Montagem e ins aeroportos	ADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Stalação de sistemas e equipame	entos de ilumina	ção e sinaliza	ção em vias públicas, portos e
43.29-1-99 - Outras obras de 43.30-4-01 - Impermeabiliza 43.30-4-03 - Obras de acaba	e instalações em construções nã ção em obras de engenharia civi Imento em gesso e estuque		anteriormente	е
43.30-4-04 - Serviços de pin 43.30-4-05 - Aplicação de re 43.30-4-99 - Outras obras de	tura de edifícios em geral vestimentos e de resinas em inte e acabamento da construção	eriores e exterio	res	
43.91-6-00 - Obras de funda 43.99-1-01 - Administração 43.99-1-02 - Montagem e de 43.99-1-03 - Obras de alvena	de obras smontagem de andaimes e outra	as estruturas ten	nporárias	
43.99-1-04 - Serviços de ope uso em obras	aria eração e fornecimento de equipa enstrução de poços de água	mentos para tra	nsporte e elev	/ação de cargas e pessoas para
43.99-1-99 - Serviços especi 46.13-3-00 - Representantes 46.73-7-00 - Comércio ataca	ializados para construção não es comerciais e agentes do comér dista de material elétrico	cio de madeira,	teriormente material de co	onstrução e ferragens
47.42-3-00 - Comércio vareji 47.44-0-99 - Comércio vareji	ista de materiais de construção e	em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZ		tos e suprimento	os de informát	tica
206-2 - Sociedade Empresá	ria Limitada			
R JOAO SEVERIANO WALTI	RICK	NÚMERO 106	SALA 01	0
723700	RRO/DISTRITO NTRO	MUNICÍPIO LAGES		UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIEFERSONKELVER@GMA	IL.COM	TELEFONE (49) 8854-06	79	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/03/2024 às 19:42:42 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3

23/03/2024, 19:42 about:blank



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.670.450/0001-30 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
NOME EMPRESARIAL DG CONSTRUTORA LTD)A				
71.11-1-00 - Serviços de 71.12-0-00 - Serviços de 71.19-7-01 - Serviços de 71.19-7-02 - Atividades d 71.19-7-03 - Serviços de 71.19-7-04 - Serviços de 71.19-7-99 - Atividades to 71.20-1-00 - Testes e aná 74.10-2-02 - Design de in 77.13-2-01 - Aluguel de n 81.30-3-00 - Atividades p	engenharia cartografia, topografia e geod de estudos geológicos desenho técnico relacionados perícia técnica relacionados á écnicas relacionadas à engen álises técnicas nteriores automóveis sem condutor náquinas e equipamentos par	désia s à arquitetura e enge à segurança do traball haria e arquitetura não ra construção sem ope	lho io especificadas a erador, exceto and	daimes	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 206-2 - Sociedade Empre	UREZA JURÍDICA				
LOGRADOURO R JOAO SEVERIANO WALTRICK		NÚMERO 106	SALA 01		
27A7S711	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO LAGES		UF SC	
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIEFERSONKELVER@GMAIL.COM		TELEFONE (49) 8854-06	TELEFONE (49) 8854-0679		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV	VEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL //10/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR	RAL		·		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/03/2024 às 19:42:42 (data e hora de Brasília).

Página: 3/3

about:blank



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS

Sr(a). contribuinte,

Não existe registro de Inscrição Estadual na Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina para CNPJ 07.670.450/0001-30.

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003. Emitido em 23/03/2024 19:46:55 (data e hora de Brasília).



Prefeitura do Município de Lages SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

CF №. 116623

Gerencia de Fiscalização Tributária CF - CADASTRO FISCAL

Contribuinte
DG CONSTRUTORA LTDA

Atividade
Construção de edifícios

Endereço
Rua JOÃO SEVERIANO WALTRICK, 106, SALA 01 - CENTRO

CPF/CNPJ
07.670.450/0001-30

Data de Abertura / Requerimento Nº.
10/10/2017 / 170639800

Situação
Em atividade

Lages(SC), 28 de Setembro de 2023

ESTE DOCUMENTO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE NO CADASTRO FISCAL DO MUNICÍPIO E NÃO SUBSTITUI O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO (Lei Municipal 4.541/2021)

O presente documento é valido por tempo indeterminado.

IMPORTANTE!

Quando houver alteração dos dados constantes neste documento providenciar atualização através de requerimento no Protocolo Geral do Município.

Certidão de Acervo Técnico - CAT Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

CREA-SC

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO. 252024157948

Atividade concluida

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: GENESIS GONSALVES DA SILVA

Registro....: SC S1 127091-9 C.P.F....: 067.999.879-94 Data Nasc...: 27/02/1989

Títulos....: ENGENHEIRO CIVIL

DIPLOMADO EM 20/02/2014 PELO(A)
UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

FLORIANOPOLIS - S

•ART 9200844-4

Proprietário.: CENTRO EDUCACIONAL FACLAGES LTDA

Endereço Obra: RUA HIRTO LUIZ MELEGARI 93

Bairro..... SAGRADO CORACAO DE J

88500 - LAGES - SC

Registrada em: 18/03/2024 Baixada em.. 22/03/2024 Período (Previsto) - Início: 21/08/2021 Término.....: 04/09/2023

Autoria: INDIVIDUAL

Tipo...: COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 9180228-7 Profissional: 127091-9 GENESIS GONSALVES DA SILVA

DEMOLICAO

COBERTURA

Dimensão do Trabalho ..: 419,63 METRO(S) QUADRADO(S)

ALVENARIA

Dimensão do Trabalho ..: 773,18 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO PREPARACAO

CHAPISCO

Dimensão do Trabalho ..: 7.567,00 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO EMBOCO

Dimensão do Trabalho ..: 7.567,00 METRO(S) QUADRADO(S)

REBOCO

Dimensão do Trabalho ..: 7.567,00 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO PROJETO

REVESTIMENTO CERAMICO

Dimensão do Trabalho ..: 3.982,20 METRO(S) QUADRADO(S)

ORCAMENTO

REVESTIMENTO CERAMICO

Dimensão do Trabalho ..: 3.982,20 METRO(S) QUADRADO(S)

PROJETO EXECUCAO

ESTRUTURA DE MADEIRA

Dimensão do Trabalho ..: 581,58 METRO(S) QUADRADO(S)